



Relatório & Contas 2015

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

1.	Mensagem do Presidente	7
2.	Introdução.....	9
a.	Órgãos do Município	10
b.	Estrutura Orgânica do Município	12
3.	Análise Orçamental.....	14
a.	Execução Global do Orçamento.....	14
b.	Grau de execução orçamental.....	16
c.	Receita	17
d.	Despesa.....	23
e.	Encargos com Empréstimos Bancários	25
f.	Transferências Correntes	25
g.	Grandes Opções do Plano	27
4.	Situação Económico-Financeira.....	29
a.	Análise do Balanço.....	29
b.	Balanço sintético	29
c.	Imobilizado	30
d.	Dívidas de terceiros.....	32
e.	Disponibilidades	33
f.	Proveitos Diferidos	33
g.	Acréscimos de Proveitos	36
h.	Acréscimos de Custos	36
i.	Custos Diferidos	37
j.	Dívidas de Médio e Longo Prazo.....	37
k.	Dívidas de Curto prazo.....	38
5.	Análise da Demonstração dos Resultados.....	39
a.	Fornecimentos e serviços externos	40
b.	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	42
c.	Custos com pessoal	43
d.	Amortizações do exercício.....	43
e.	Provisões do exercício	44

	2	
f.	Custos e perdas financeiros	44
g.	Custos e perdas extraordinários	44
h.	Proveitos e ganhos.....	45
i.	Vendas e Prestações de serviços.....	45
j.	Impostos e Taxas	46
k.	Transferência e subsídios obtidos	47
l.	Proveitos e ganhos financeiros.....	47
m.	Proveitos e ganhos extraordinários.....	48
6.	Endividamento	49
a.	Cálculo Do Endividamento Municipal	51
7.	Contabilidade de custos.....	53
8.	Indicadores Económico- Financeiros	56
a.	Solvabilidade.....	56
b.	Autonomia Financeira.....	57
c.	Liquidez Geral	57
d.	Prazo médio de pagamentos.....	58
9.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	60
10.	Mapa de Acordos de pagamento.....	61
11.	Registo de Compromissos Plurianuais	62
12.	Balanço e Demonstração de Resultados.....	63
13.	Anexos às Demonstrações Financeiras.....	67
a.	8.1 Caracterização da Entidade	67
b.	8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	70
14.	Certificação Legal de Contas.....	87

Índice de Quadros

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal	10
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal	11
Quadro 3: Serviços de Assessoria e Apoio da Câmara Municipal	12
Quadro 4: Unidades orgânicas da Câmara Municipal	13
Quadro 5: Execução orçamental	14
Quadro 6: Equilíbrio orçamental	14
Quadro 7: Equilíbrio orçamental - LFL	15
Quadro 8: Nível de execução orçamental	16
Quadro 9: Execução da receita	17
Quadro 10: Peso de cada rubrica da receita	18
Quadro 11: Evolução dos impostos diretos	18
Quadro 12: Tipologia dos impostos	19
Quadro 13: Evolução das transferências correntes	20
Quadro 14: Tipologia das transferências	21
Quadro 15: Distribuição da despesa por orgânica	24
Quadro 16: Despesa por natureza	24
Quadro 17: Tipos de despesa	24
Quadro 18: Encargos bancários	25
Quadro 19: Transferências efetuadas	25
Quadro 20: Distribuição por freguesia	26
Quadro 21: Distribuição por corporação de bombeiros	26
Quadro 22: Distribuição por natureza de apoio	26
Quadro 23: Classificação funcional das grandes opções do plano	27
Quadro 24: Composição da proteção do ambiente	27
Quadro 25: Composição de transportes e comunicações	28
Quadro 26: Composição da educação	28
Quadro 27: Balanço Sintético	29
Quadro 28: Composição das dívidas de terceiros	32
Quadro 29: Distribuição dos proveitos diferidos	36
Quadro 30: Distribuição dos acréscimos de proveitos	36
Quadro 31: Distribuição dos acréscimos de custos	36
Quadro 32: Distribuição dos custos diferidos	37
Quadro 33: Composição das dívidas de médio e longo prazo	37
Quadro 34: Dívidas de curto prazo	38
Quadro 35: Demonstração de resultados sintética	39
Quadro 36: Composição dos fornecimentos e serviços externos	41
Quadro 37: Composição das transferências	42
Quadro 38: Composição dos custos com pessoal	43
Quadro 39: Amortizações do exercício	43

Quadro 40: Custos e perdas financeiras	44
Quadro 41: Custos e perdas extraordinárias.....	44
Quadro 42: Vendas e prestações de serviços	45
Quadro 43: Impostos e taxas	46
Quadro 44: Transferências e subsídios obtidos	47
Quadro 45: Proveitos e ganhos financeiros.....	47
Quadro 46: Proveitos extraordinários	48
Quadro 47: Evolução do endividamento.....	49
Quadro 48: Endividamento municipal.....	51
Quadro 49: Receita média dos 3 últimos exercícios.....	52
Quadro 50: Regularização do excesso de dívida	52
Quadro 51: Classificação funcional dos custos	54
Quadro 52: Índice de solvabilidade	56
Quadro 53: Quadro dos Prazos Médios de Pagamento	59
Quadro 54: Imobilizado em poder de terceiros.....	76
Quadro 55: Mapa das participações financeiras.....	77
Quadro 56: Composição das dívidas de cobrança duvidosa	79
Quadro 57: Composição das provisões	80
Quadro 58: Composição da classe 5	81

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Representação do equilíbrio orçamental.....	15
Gráfico 2: Equilíbrio Orçamental - LFL	16
Gráfico 3: Nível de execução orçamental.....	17
Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos	19
Gráfico 5: Tipologia dos impostos	20
Gráfico 6: Evolução das transferências correntes	21
Gráfico 7: Transferências do Orçamento de Estado.....	22
Gráfico 8: Evolução das dívidas de médio e longo prazo	37
Gráfico 9: Evolução do passivo municipal	49
Gráfico 10: Índice de solvabilidade.....	57
Gráfico 11: Índice de Liquidez Geral	58

Abreviaturas utilizadas:

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

FAM – Fundo de Apoio Municipal, constituído pela Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis

IUC – Imposto Único de Circulação

LFL – Lei das Finanças Locais – Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro

SATAPICAL – Grupo de apoio técnico à implementação do POCAL

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

1. Mensagem do Presidente

Da mesma forma que o ano de 2014 foi indelevelmente marcado pelo fim do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013, o ano de 2015 foi marcado pelo arranque do Portugal 2020.

Este novo quadro trouxe incerteza quanto à distribuição territorial e setorial dos fundos comunitários. As entidades gestoras não estavam ainda na posse de toda a informação, nem dotadas dos mecanismos necessários à equitativa distribuição dos fundos, quer pelos diversos territórios, quer pelos diversos setores de atividade.

Nesta matéria, Gondomar tem assumido uma posição de firme defesa dos interesses territoriais, quer no contexto da área metropolitana do Porto, quer no contexto nacional. Significa isto, que não deixaremos de reivindicar níveis de investimento adequados à dimensão geográfica e demográfica do Município, e que integrem critérios de equidade regional e nacional.

Por outro lado, 2015 foi também um ano de eleições legislativas que, de alguma forma, introduziram instabilidade no país. Ao inverso de toda esta instabilidade conjuntural nacional, em Gondomar viveu-se um clima de estabilidade política que proporcionou também um contexto de prossecução das linhas de orientação estratégicas, quer ao nível político, quer ao nível financeiro do Município.

7

Desta forma, a execução orçamental de 2015 traduziu-se em taxas inéditas quer no que se refere à receita, quer no que se refere à despesa. O exercício de 2015 encerrou com uma execução da receita de 92,93% e de 91,47% na despesa.

No nosso entendimento, são números que revelam uma adequada previsão dos recursos financeiros e uma adequada gestão dos mesmos.

Foram verificados e seguidos os princípios do equilíbrio orçamental consagrados no ponto 3.1.1 do POCAL, nomeadamente no que diz respeito ao equilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes.

No que à dívida de longo prazo diz respeito, prosseguiu-se o rumo traçado de consolidação orçamental e de redução superior à imposta legalmente.

Em 2015 o Município de Gondomar abateu ao excesso de endividamento 6 767 919 euros, que corresponde a uma redução de 20,55 % da dívida, quando legalmente estaria obrigado a reduzir apenas 3 133 517 euros, ou seja, 10% do excesso legalmente autorizado, que é 1,5 vezes a média das receitas próprias cobradas nos últimos 3 anos. Não obstante a continuidade do esforço da redução da dívida, Gondomar tem ainda o coeficiente 1,93 de excesso de dívida, o que significa que o Município permanece em desequilíbrio financeiro.

De salientar também, que este relatório de contas evidencia um rácio de solvabilidade muito acima do recomendável. Por solvabilidade entende-se a capacidade de um Município dissolver os seus compromissos de médio e longo prazo, sendo o mesmo calculado através da divisão entre fundos próprios e passivo. Este rácio nunca deve ser inferior a 35%, sendo que o recomendável é que seja superior a 50%. Gondomar tem o seu rácio de solvabilidade em 91,99%, o que é um excelente indicador, uma vez que significa que o valor do património é suficiente para cobrir quase integralmente todas as dívidas do Município.

De realçar que, mais uma vez, e à semelhança de 2014, a 31 de dezembro de 2015, Gondomar não tinha pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012, ou seja, o Município está dispensado de elaborar e enviar os planos de liquidação dos pagamentos em atraso, ou dos acordos de pagamento.

Na nossa perspetiva, o ano de 2015 em termos de execução e de solvabilidade encerra com números exemplares que também se ficam a dever para além da estabilidade política à estabilidade orgânica do Município. Por esta e por todas as razões, acima identificadas, queremos também manifestar o agradecimento a todos os colaboradores do Município pelo esforço e empenho na causa pública.

2. Introdução

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2015, que procura ser clarificador quanto à composição das receitas e despesas do Município de Gondomar, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

É da competência do órgão executivo do Município apresentar, anualmente, para aprovação, os documentos de Prestações de Contas do exercício do ano anterior.

De acordo com estabelecido no POCAL, os documentos de Prestação de Contas das Autarquias Locais são constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e pelo Relatório de Gestão.

O presente relatório inclui, entre outros elementos, a análise da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, do Balanço e da Demonstração de Resultados, à situação económica e financeira do município, onde se inclui a componente do endividamento.

a. Órgãos do Município

	Presidente	Aníbal Jaime Gomes Lira
	1º Secretário	António Fernando Oliveira da Silva
	2º Secretário	Maria Teresa Rocha de Sousa Santos
		Ana Catarina de Sousa Pão Trigo
		Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio
		Substituída por José Pedro Azevedo (Fevereiro a Agosto de 2015)
		Substituído por Sandra Manuela P. Cunha (Junho a Novembro de 2015)
		Substituída por Sílvia Liliana Cruz (Setembro a Dezembro de 2015)
		António José Valpaços Magalhães
		António da Silva Sá Casal
		Bruno Miguel Martins Vieira
		Carlos Alberto Sousa da Costa
		Carlota Ferreira Brás César Teixeira
		Substituído por Sérgio Miguel Bastos (Janeiro e Fevereiro 2015)
		Carmina Maria dos Santos Lopes
		Daniel Filipe Oliveira Vieira
		Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira
		Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria
		Felisberto Ribeiro Almeida
		Fernando Alício Barreira Morais
		Fernando Cerqueira
		Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira
		Isidro Ferreira de Sousa
		Ivo Daniel Moreira Capas
		Joana Daniela Baldia de Resende
		José António da Silva Macedo
		José Manuel Soares de Andrade
		João Pedro Rodrigues de Sousa
		Substituído por Sandra Manuela P. Pereira da Cunha (Abril a Setembro de 2015)
		José António da Silva Monteiro
		Licínio dos Anjos Bandeira e Silva
		Luís Afonso da Silva Pinto da Costa
		Manuel António Leite dos Santos
		Margarida Maria Oliveira da Silva
		Maria Rosa de Sousa Oliveira
		Mário Fernando Soares Filipe
		Marta Filipa Brito da Fonseca
		Nélson Jorge Sousa Neves
		Nuno Miguel Peixoto da Silva
		Substituído por José Cardoso Marques (Janeiro e Fevereiro de 2015)
		Nuno Miguel Ribeiro Coelho
		Nuno Filipe Brito da Fonseca
		Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira
		Rui da Mota Correia
		Rui Manuel Lourido Nóvoa
		Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia
		Sérgio Miguel Vieira Bastos

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal

Câmara Municipal	Presidente	Marco André dos Santos Martins Lopes
	Vice-Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo
		Maria Aurora Moura Vieira
		Carlos Alberto Silva Brás
		José Fernando da Silva Moreira
		Sandra Eunice Ramos de Almeida
	Vereadores	Hélder Vasco dos Santos Figueiredo
		Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho
		Rui Ferreira de Espinheira Quelhas
		Rosalina Sofia Neves Martins
		Joaquim dos Santos Barbosa

Quadro 2: Composição da Câmara Municipal

b. Estrutura Orgânica do Município

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Gondomar consta do Despacho nº 3654-A/2014 publicado em Diário da Republica no dia 7 de março de 2014, nos seguintes termos:

Serviços de Assessoria e Apoio	Gabinete de Apoio à Presidência
	Gabinete de Apoio à Vereação
	Gabinete de Órgãos Autárquicos
	Divisão de Proteção Civil e Segurança
	Gabinete de Apoio às Freguesias
	Gabinete de Estudos Estratégicos
	Gabinete de Auditoria Interna
	Gabinete de Imprensa e Comunicação
	Gabinete de Tecnologias da Informação
	Gabinete de Protocolo e Relações Públicas

Quadro 3: Serviços de Assessoria e Apoio da Câmara Municipal

Unidades orgânicas	
	Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa
	Departamento Jurídico e de Fiscalização
	Departamento de Obras Municipais
	Divisão Operacional de Administração Direta
	Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
	Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento
	Divisão de Desenvolvimento Económico
	Divisão de Aquisições e Contratação Pública
	Departamento do Urbanismo
	Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
	Divisão de Recursos Humanos
	Divisão da Juventude e Tempos Livres
	Divisão de Espaços Públicos e Dinamização
	Divisão da Cultura
	Divisão de Educação, Formação e Emprego
	Divisão de Intervenção Educacional e Saúde
	Divisão da Habitação Social
	Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos Desportivos
	Divisão Financeira e Contabilidade
	Divisão de Desenvolvimento Social
	Divisão de Desenvolvimento Ambiental

Quadro 4: Unidades orgânicas da Câmara Municipal

3. Análise Orçamental

a. Execução Global do Orçamento

No ano de 2015, a receita total cobrada foi de 64 009 200,42 euros que, acrescida do saldo inicial no valor de 685 398,02 euros, perfaz o montante global de 64 694 598,44 euros.

A despesa realizada no ano de 2015 foi de 63.484.060,17 euros, pelo que, o valor do saldo que passa para a Gerência seguinte é 1.210.538,27 euros.

Valores em euros					
Receita	Valor	%	Despesa	Valor	%
Saldo Gerência Anterior	685 398,02	1,06%	Despesa Corrente	50 487 807,29	78,04%
Receita Corrente	58 900 378,89	91,04%	Despesa de Capital	12 996 252,88	20,09%
Receita de Capital	5 108 821,53	7,90%	Saldo de Gerência	1 210 538,27	1,87%
Total	64 694 598,44	100,00%	Total	64 694 598,44	100,00%

Quadro 5: Execução orçamental

Do quadro acima verifica-se que 91,04% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 78,04% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 8 412 571,60 euros, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

14

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos.

Valores em euros	
Rubrica	Valor
Receita Corrente (1)	58 900 378,89
Despesa Corrente (2)	50 487 807,29
Poupança corrente (1) - (2)	8 412 571,60

Quadro 6: Equilíbrio orçamental

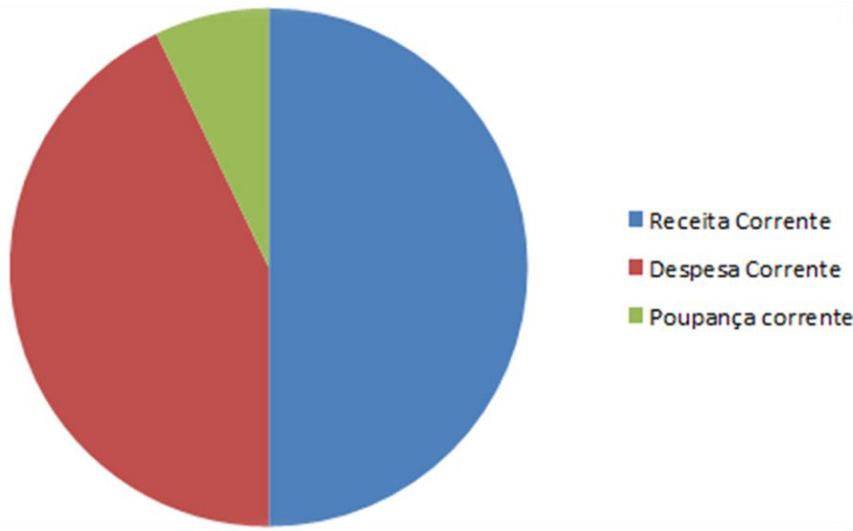


Gráfico 1: Representação do equilíbrio orçamental

Por seu turno, a LFL, estipula no nº 2 do seu artigo 40º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Regra que também se cumpriu, como se pode verificar do quadro abaixo:

15

Valores em euros	
Rubrica	Valor
Receita Corrente	58 900 378,89
Despesas Correntes (1)	50 487 807,29
Amortização Média Empréstimos (2)	3 687 613,86
Soma (1) + (2)	54 175 421,15

Quadro 7: Equilíbrio orçamental - LFL

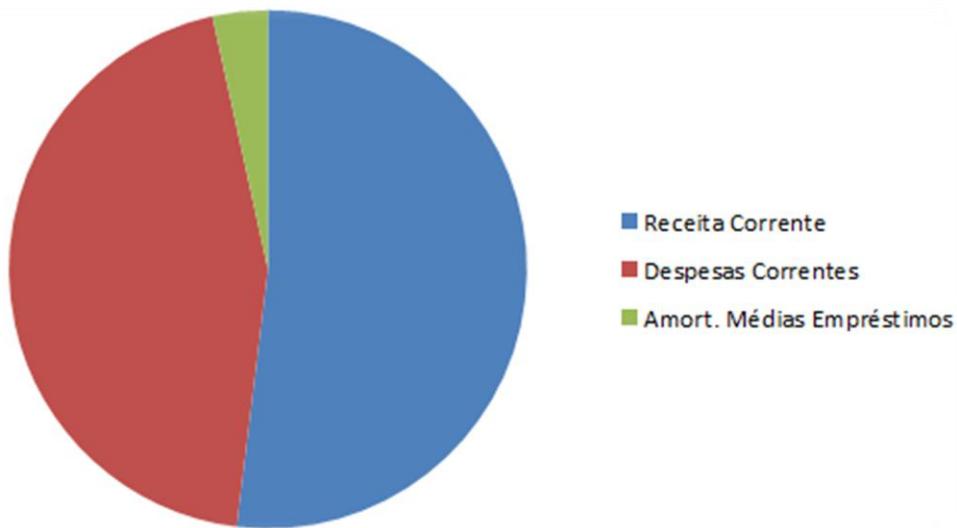


Gráfico 2: Equilíbrio Orçamental - LFL

b. Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos:

	Receita ¹	Despesa
Execução Orçamental	93,21%	91,47%

Quadro 8: Nível de execução orçamental

¹ Receita cobrada bruta (antes de reembolsos e restituições)



Gráfico 3: Nível de execução orçamental

c. Receita

Em termos de execução do orçamento da receita bruta obtida em 2015, apurou-se uma taxa de execução de 93,21%, superior à taxa de 85% referenciada no nº 3 do artigo 56º da LFL decompondo-se no quadro seguinte pelas rubricas do orçamento:

Designação	Orçamentado	Realizado	Execução	Valores em euros
Impostos diretos	23 538 214,00	21 066 329,53	89,50%	
Impostos indiretos	756 551,00	719 593,17	95,11%	
Taxas, multas e outras penalidades	741 931,00	736 418,33	99,26%	
Rendimentos da propriedade	3 272 617,00	111 240,06	3,40%	
Transferências correntes	24 306 166,00	24 872 812,98	102,33%	
Venda de bens e serviços correntes	8 203 217,00	11 246 614,08	137,10%	
Outras receitas correntes	156 838,00	118 645,50	75,65%	
Venda de bens de investimento	51 200,00	427 392,08	834,75%	
Transferências de capital	7 667 600,00	4 599 153,13	59,98%	
Outras receitas de capital	10 000,00	82 276,32	822,76%	
Reposições não abatidas nos pagamentos	16 419,00	28 725,24	174,95%	
Saldo da gerência anterior	685 398,02	685 398,02	100,00%	
Totais	69 406 151,02	64 694 598,44	93,21%	

Quadro 9: Execução da receita

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (32,36%) e as “Transferências Correntes” (38,56%), à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos:

Designação	Realizado	Execução	Valores em euros
Impostos diretos	21 066 329,53	32,56%	
Impostos indiretos	719 593,17	1,11%	
Taxas, multas e outras penalidades	736 418,33	1,14%	
Rendimentos da propriedade	111 240,06	0,17%	
Transferências correntes	24 872 812,98	38,45%	
Venda de bens e serviços correntes	11 246 614,08	17,38%	
Outras receitas correntes	118 645,50	0,18%	
Venda de bens de investimento	427 392,08	0,66%	
Transferências de capital	4 599 153,13	7,11%	
Outras receitas de capital	82 276,32	0,13%	
Reposições não abatidas nos pagamentos	28 725,24	0,04%	
Saldo da gerência anterior	685 398,02	1,06%	
Totais	64 694 598,44	100,00%	

Quadro 10: Peso de cada rubrica da receita

18

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:

	Valores em euros				
	2015	2014	2013	2012	2011
Impostos diretos	21 066 329,53	21 039 495,80	22 312 469,52	23 902 949,91	24 177 775,51

Quadro 11: Evolução dos impostos diretos



Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos

Em 2015 verificou-se um ligeiro acréscimo face aos valores de 2014, que é no entanto insignificante e incapaz de reverter a tendência de descida que se tem vindo a registar desde 2011. Esta tendência na cobrança de receita oriunda de Impostos Diretos advém do decréscimo generalizado da receita arrecadada pelos impostos em questão.

19

Será igualmente de referir, enquanto fator que está na causa da descida da receita oriunda do IMI, a decisão do atual Executivo de fixar em baixa a taxa de IMI no Concelho, numa perspetiva de atenuação da carga fiscal dos municípios, de discriminação positiva e ainda de estímulo à manutenção e preservação do património imobiliário.

	Valores em euros				
	2015	2014	2013	2012	2011
IMI	14 355 824,40	14 082 178,61	14 811 269,71	16 030 981,64	15 684 011,30
IUC	3 027 234,69	3 109 058,18	3 401 355,40	2 683 763,62	2 366 486,26
IMT	2 201 213,91	2 155 249,80	1 999 441,46	2 889 563,01	3 460 247,75
Derrama	1 479 885,90	1 667 000,62	2 090 433,55	2 280 349,57	2 640 518,47
Impostos abolidos	2 170,63	26 008,59	9 969,40	18 292,07	26 511,73
	21 066 329,53	21 039 495,80	22 312 469,52	23 902 949,91	24 177 775,51

Quadro 12: Tipologia dos impostos

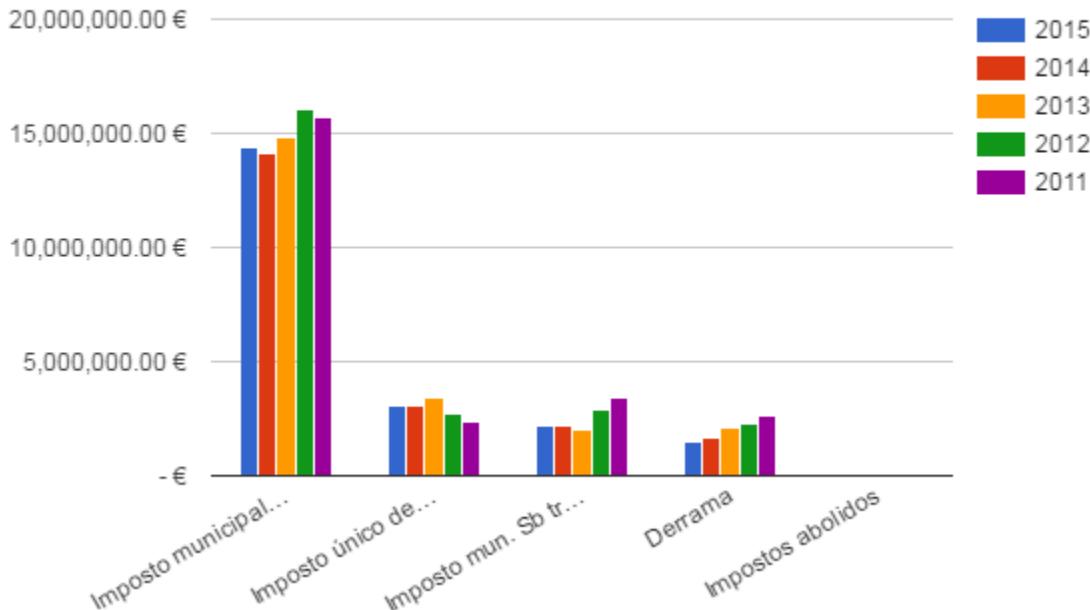


Gráfico 5: Tipologia dos impostos

20

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico abaixo:

	Valores em euros				
	2015	2014	2013	2012	2011
Transferências correntes	24 872 812,98	22 498 627,39	24 024 070,00	20 964 749,34	21 550 037,58

Quadro 13: Evolução das transferências correntes

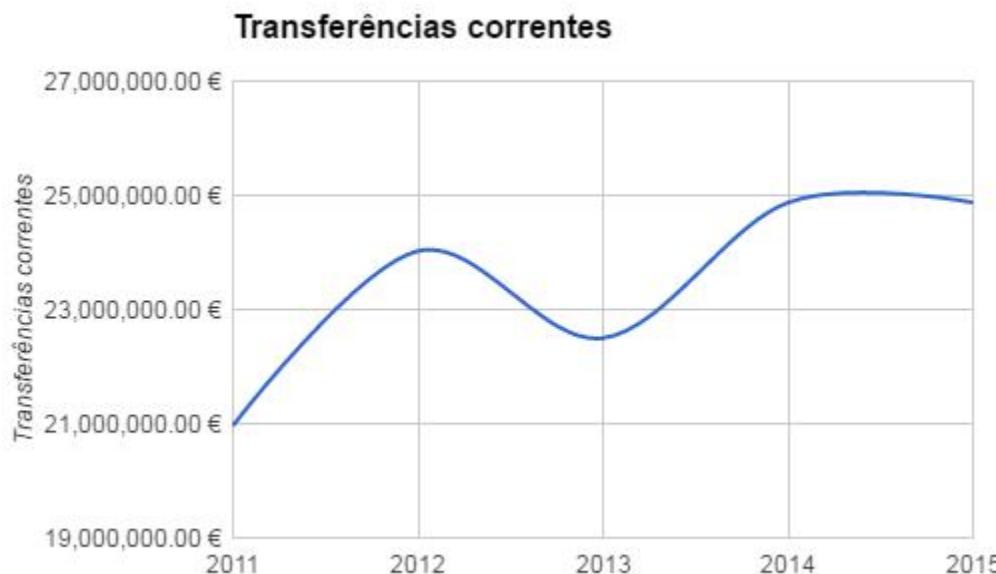


Gráfico 6: Evolução das transferências correntes

Verifica-se um ligeiro acréscimo face aos valores de 2014 e que se deve fundamentalmente à variação positiva ocorrida na rubrica “Participação Fixa no IRS”:

	Valores em euros		
	2015	2014	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	9 052 979,00	9 559 253,00	-5,30%
Fundo Social Municipal (FSM)	2 278 209,00	2 194 852,00	3,80%
Participação Fixa no IRS	5 553 649,00	3 314 522,00	67,56%
Educação - Transferências	7 971 054,82	7 312 025,76	9,01%
Estado-Part. Proj. co-financiados	16 921,16	117 974,63	-85,66%

Quadro 14: Tipologia das transferências

Note-se que a rubrica “Estado-Participação projetos co-financiados” é flutuante e depende sempre da aceitação das candidaturas pela entidade gestora dos fundos comunitários.

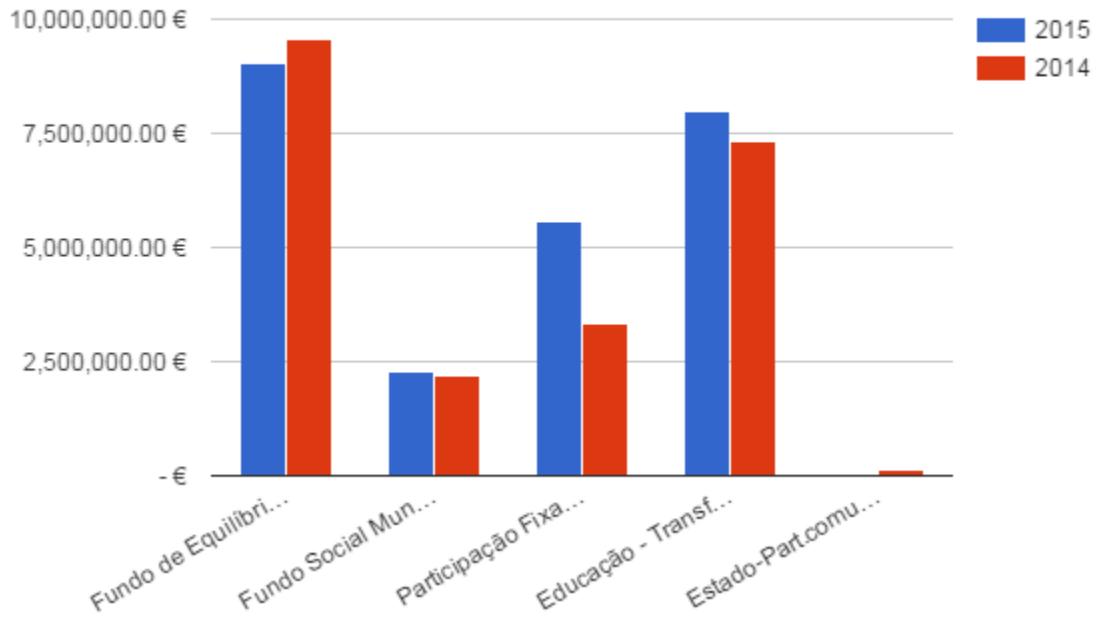


Gráfico 7: Transferências do Orçamento de Estado

d. Despesa

No ano de 2015 a despesa total paga foi de 63 484 060,17 euros, o que representa uma taxa de execução de 91,47%.

Designação	Dotação	Pago	Execução	Valores em euros
Assembleia Municipal	30 775,00	28 616,69	92,99%	
Operações Financeiras	4 246 731,46	4 145 874,70	97,63%	
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	11 215 794,56	10 522 795,94	93,82%	
Proteção Civil e Segurança	1 374 035,71	1 246 842,52	90,74%	
Gabinete de Estudos Estratégicos	106 430,96	97 692,97	91,79%	
Gabinete de Imprensa e Comunicação	52 939,60	46 303,35	87,46%	
Gabinete de Tecnologias de Informação	940 838,65	661 715,08	70,33%	
Gabinete de Protocolo e Relações Públicas	31 025,85	23 021,46	74,20%	
Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização	788 950,58	655 769,52	83,12%	
Departamento Jurídico e de Fiscalização	453 467,25	356 797,05	78,68%	
Núcleo de Fiscalização	283 893,70	280 731,47	98,89%	
Departamento de Obras Municipais	5 196 306,09	4 065 495,67	78,24%	
Divisão Operacional de Administração Direta	2 044 504,35	1 909 335,74	93,39%	
Divisão de Mobilidade Trânsito e Gestão de Obras	184 429,00	127 702,83	69,24%	
Departamento de Planeamento Desenvolvimento Estratégico e Equipamento	494 450,80	464 793,26	94,00%	
Divisão de Desenvolvimento Económico	1 085 845,85	787 673,13	72,54%	
Divisão de Aquisições e Contratação Pública	407 798,70	368 070,45	90,26%	
Setor de Equipamento	1 733 038,04	1 553 459,68	89,64%	
Departamento de Urbanismo	1 384 803,23	1 257 453,93	90,80%	
Divisão de Recursos Humanos	716 608,35	667 668,78	93,17%	
Divisão da Juventude e Tempos Livres	30 274,00	8 355,13	27,60%	
Gabinete de Gestão das Casas de Juventude	271 086,90	232 591,70	85,80%	
Gabinete de Dinamização da Juventude e Tempos Livres	60 387,26	49 494,74	81,96%	
Divisão de Espaços Públicos e Dinamização	489 819,60	434 002,79	88,60%	
Gabinete de Mercados e Feiras e Eventos Promocionais	332 033,85	277 227,23	83,49%	
Gabinete de Metrologia	34 472,10	32 396,04	93,98%	
Divisão de Cultura	1 775 006,04	1 650 286,03	92,97%	
Gabinete de Arquivo Municipal e Património Cultural	11 457,40	9 094,64	79,38%	

Designação	Dotação	Pago	Execução
Divisão de Educação, Formação e Emprego	336 585,15	225 622,63	67,03%
Gabinete de Gestão de Equipamentos e Recursos	12 346 491,97	11 665 857,92	94,49%
Divisão de Intervenção Educacional e Saúde	207 360,35	195 958,48	94,50%
Divisão de Habitação Social	880 161,00	862 799,61	98,03%
Gabinete de Gestão e Manutenção dos Imóveis Sociais	1 563 070,25	1 179 228,14	75,44%
Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos	672 543,50	636 297,99	94,61%
Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos	5 192 379,22	4 861 406,54	93,63%
Divisão Financeira e Contabilidade	1 537 581,05	1 419 084,99	92,29%
Setor de Património	432 189,85	304 826,64	70,53%
Divisão de Desenvolvimento Social	1 230 738,09	1 076 458,90	87,46%
Divisão de Desenvolvimento Ambiental	1 580 937,71	1 454 354,39	91,99%
Setor de Gestão de Resíduos e Serviços	7 648 908,00	7 640 901,42	99,90%
Total	69 406 151,02	63 484 060,17	91,47%

Quadro 15: Distribuição da despesa por orgânicas

Em termos de natureza de despesa a execução foi a seguinte:

	Valores em euros		
	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	54 112 725,14	50 487 807,29	93,30%
Despesas de Capital	15 293 425,88	12 996 252,88	84,98%
Total Geral	69 406 151,02	63 484 060,17	91,47%

Quadro 16: Despesa por natureza

24

A execução do orçamento da despesa por classificação económica demonstra-se no mapa seguinte:

	Valores em euros		
	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	23 162 895,65	22 666 666,39	97,86%
Aquisição de bens e serviços	24 199 660,52	21 722 937,26	89,77%
Juros e outros encargos	358 276,00	308 653,40	86,15%
Transferências correntes	4 890 240,01	4 549 345,23	93,03%
Outras despesas correntes	1 501 652,96	1 240 205,01	82,59%
Aquisição de bens de capital	10 215 032,42	8 107 737,69	79,37%
Transferências de capital	1 189 938,00	1 051 293,89	88,35%
Ativos financeiros	404 984,00	404 984,00	100,00%
Passivos financeiros	3 483 471,46	3 432 237,30	98,53%
Totais	69 406 151,02	63 484 060,17	91,47%

Quadro 17: Tipos de despesa

e. Encargos com Empréstimos Bancários

No Serviço da Dívida inclui-se para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia, No ano de 2015, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 3 740 890,70 euros, repartidos entre juros e amortização de capital.

Valores em euros	
Operações Financeiras	
Juros e outros encargos	308 653,40
Passivos financeiros - amortização	3 432 237,30
Total	3 740 890,70

Quadro 18: Encargos bancários

f. Transferências Correntes

Nesta rubrica inclui-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2015 se repartiram da seguinte forma:

25

Valores em euros	
Transferências	
Freguesias	1 304 864,97
Associações de Municípios	5 854,00
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	35 274,19
Outras Entidades ²	103 277,00
Administração Central (Escolas)	406 672,46
Instituições sem Fins Lucrativos	2 327 899,04
Famílias	365 503,57
Total	4 549 345,23

Quadro 19: Transferências efetuadas

Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

² Inclui as quotas do Município para AMP (Área Metropolitana do Porto), Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER e ADEPORTO (Agência de Energia do Porto).

Valores em euros

Freguesia	Valor
Freguesia da Lomba	108 500,81
Freguesia de Baguim do Monte	110 407,62
Freguesia de Rio Tinto	263 476,08
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	225 940,46
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	161 693,04
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	257 890,52
União de Freguesias de Melres e Medas	176 956,44

Quadro 20: Distribuição por freguesia

No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo:

Valores em euros

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	
Areosa - Rio Tinto	133 325,52
Gondomar	130 322,93
Melres	109 014,21
São Pedro da Cova	119 726,55
Valbom	126 080,63

Quadro 21: Distribuição por corporação de bombeiros

26

Valores em euros

Programa de Apoio ao Associativismo	
Cultural	292 272,00
Desportivo	452 094,40
Social	104 315,30
Sócio - Educativo	250,00

Quadro 22: Distribuição por natureza de apoio

g. Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2015 foi de 88,69%, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Designação	Dotação	Pago	Execução	Valores em euros
Serviços Gerais de Administração Pública	2 326 583,52	2 000 268,89	85,97%	
Proteção civil e luta contra incêndios	598 001,00	565 875,54	94,63%	
Educação	3 542 341,33	3 244 032,38	91,58%	
Saúde	5 038,00	1 252,59	24,86%	
Ação Social	557 269,40	472 920,71	84,86%	
Habitação	971 850,00	638 967,07	65,75%	
Ordenamento do território	493 595,13	436 617,76	88,46%	
Saneamento	108 000,00	68 191,20	63,14%	
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	7 722 357,00	7 711 442,07	99,86%	
Cultura	826 350,50	764 473,05	92,51%	
Desporto, recreio e lazer	2 393 041,98	2 109 817,78	88,16%	
Transportes e comunicações	4 303 314,69	3 289 562,46	76,44%	
Comércio Turismo e Outras funções Económicas	745 151,00	508 648,37	68,26%	
Total	24 592 893,55	21 812 069,87	88,69%	

Quadro 23: Classificação funcional das grandes opções do plano

27

As rubricas com maior peso nas Grandes Opções do Plano são “Proteção do meio ambiente e conservação da natureza”, “Transportes e comunicações” e “Educação”.

No que concerne ao Meio Ambiente, são de destacar os encargos com o serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana (Rede Ambiente) e ainda o serviço de tratamento de resíduos sólidos (LIPOR):

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	Despesa	Valores em euros
Serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	4 117 017,44	
Serviço de tratamento de resíduos sólidos	2 520 982,91	

Quadro 24: Composição da proteção do ambiente

No que diz respeito à classificação funcional “Transportes e comunicações”, engloba as beneficiações feitas em arruamentos, realçando-se pelo montante em causa as seguintes intervenções:

Transportes e comunicações	Valores em euros
Despesa	
Ligaçāo da A43 / IC 29 à Rotunda dos Sete Caminhos	161 814,54
Beneficiação da Rua do Repelāo, Fânzeres	139 971,94
Cons. Reparação Vias - Ciclovia D. Miguel	198 972,68
Beneficiação da Rua de Sevilhāes, Rio Tinto	157 145,00
Beneficiação da Rua Comendador António Augusto Silva, Rio Tinto	134 790,25
Beneficiação da Rua das Fábricas, Baguim do Monte	126 299,00
Beneficiação da Rua Dr. Lopes Cardoso, S. Cosme	103 649,45
Beneficiação da Rua dos Bombeiros Voluntários, Valbom	136 275,29
Beneficiação da Rua Cmdt Américo Viana, Valbom	110 334,57
EN 209 – passeios, S. Pedro da Cova	111 851,20
Beneficiação da ligação de Compostela a Zebreiros, Foz do Sousa	120 325,77

Quadro 25: Composição de transportes e comunicações

Quanto à área da Educação, destacam-se as seguintes despesas como as mais relevantes em 2015:

Educação	Valores em euros
Despesa	
Remoção de amianto das escolas	233 112,34
Beneficiação da Escola EB1/JI Montezelo	303 767,62
Beneficiação da Escola EB1/JI Boucinha	295 008,89
Programa de Auxílios Económicos	231 459,00
Escolas - Apoio ao funcionamento	175 213,46
Programa - Refeições Escolares	1 460 852,23
Programa - Transportes Escolares	309 975,96

Quadro 26: Composição da educação

4. Situação Económico-Financeira

a. Análise do Balanço

As informações apresentadas neste capítulo resultam da contabilidade patrimonial, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa, do património, o qual é determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida num exercício económico.

O Balanço e o Sistema Contabilístico apresentados em anexo adequam-se ao previsto no POCAL, espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2015.

A elaboração do Balanço tem por base o princípio do acréscimo, e evidencia os direitos e as obrigações a receber e a pagar em exercícios futuros.

Os dados trabalhados neste capítulo, com os quadros e os gráficos que acompanham a informação, pretendem evidenciar os dados mais importantes para a composição de cada rubrica, não podendo por isso ser confrontados com os valores finais das demonstrações financeiras.

b. Balanço sintético

29

Descrição	2015	2014	Variação
Valores em euros			
Imobilizado	359 982 136,96	€370,627,054.20	-2.87%
Dívidas de Terceiros	6 559 963,02	€2,602,523.95	152.06%
Disponibilidades	4 100 678,49	€3,248,943.98	26.22%
Acréscimos e diferimentos	973 071,10	€1,381,316.62	-29.55%
Ativo	371 615 849,57	€377,859,838.75	-1.65%
Património	173 285 741,23	172 788 724,93	0.29%
Reservas e doações	4 563 138,34	4 440 852,48	2.75%
Resultados transitados	12 754 692,56	19 401 345,41	-34.26%
Resultado líquido do exercício	- 7 282 403,86	- 10 406 517,23	-30.02%
Fundos Próprios	183 321 168,27	186 224 405,59	-1.56%
Dividas a terceiros - Médio e Longo Prazo	89 694 383,07	94 866 971,09	-5.45%
Provisão para riscos e encargos	12 475 938,80	10 973 244,67	13.69%
Dividas a terceiros - Curto Prazo	14 328 291,77	15 030 545,28	-4.67%
Acréscimos e diferimentos	71 796 067,66	70 764 672,12	1.46%
Passivo	188 294 681,30	191 635 433,16	-1.74%

Quadro 27: Balanço Sintético

Numa breve análise do quadro acima, salientam-se os seguintes dados:

- Houve um reforço das disponibilidades face a 2014 em cerca de 26%, já evidenciada pelo desempenho na execução orçamental;
- O crescimento da rubrica Dívida de Terceiros, deve-se ao reconhecimento, pela primeira vez, dos valores relativos à renda de concessão previstos no contrato de concessão em vigor com a empresa Águas de Gondomar SA.
- As Provisões para riscos e encargos foram reforçadas em 1 502 694,40, relativamente a 2014 (aumento de 13,69%), por via da análise do inventário de processos judiciais existentes com o Município de Gondomar e que são presentes na Assembleia Municipal, em todas as sessões ordinárias;
- Salienta-se também o facto de continuaram e a diminuir as rubricas referentes a dívidas de terceiros tanto a médio e longo prazo como no curto prazo, no que se traduziu numa diminuição do passivo em 1,74 %.

Nos quadros seguintes, serão decompostas cada uma das rubricas do balanço para uma análise mais detalhada.

c. Imobilizado

30

Os movimentos em contas de imobilizado foram os que se apresentam no quadro anexo:

Domínio Público

					Valores em euros
Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Final	
451	Terrenos e recursos naturais	5 477 840,59	0	5 477 840,59	
452	Edifícios	944 503,36	116 059,49	828 443,87	
453	Outras construções e infraestruturas	197 313 868,40	130 953 711,6	66 360 156,79	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137 506,23	0	137 506,23	
459	Outros bens de domínio público	7 679 949,45	12 29 259,12	6 450 690,33	
445	Imobilizações em curso bens de domínio público	1 836 083,51	0	1 836 083,51	
446	Adiantamentos por conta bens de domínio público	0	0	0	
		213 389 751,50	132 299 030,2	81 090 721,32	

Imobilizado corpóreo

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Valores em euros Saldo Final
421	Terrenos e recursos naturais	42 266 356,41	0	42 266 356,41
422	Edifícios e outras construções	262 235 965,9	36 174 211,40	226 061 754,5
423	Equipamento básico	4 314 147,25	2 963 389,09	1 350 758,16
424	Equipamento transporte	2 739 341,07	2 246 602,70	492 738,37
425	Ferramentas e utensílios	452 061,87	342 079,12	109 982,75
426	Equipamento administrativo	4 361 070,40	3 531 538,82	829 531,58
427	Taras e vasilhame	0	0	0
429	Outras imobilizações corpóreas	5 058 583,75	3 792 833,78	1 265 749,97
442	Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	1 556 230,17	0	1 556 230,17
448	Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	1 249 992,00	0	1 249 992,00
		324 233 748,82	49 050 654,91	275 183 093,91

Investimentos Financeiros

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Ajustamento	Valores em euros Saldo Final
411	Partes de capital	860 653,01	371,15	860 281,86
412	Obrigações e títulos de participação	2 847 639,87	0	2 847 639,87
4141	Terrenos e recursos naturais	0	0	0
4142	Edifícios e outras construções	0	0	0
4151	Depósitos em instituições financeiras	0	0	0
4152	Títulos de dívida pública	0	0	0
4153	Outros títulos	0	0	0
441	Imobilizações em curso investimentos financeiros	0	0	0
447	Adiantamentos por conta investimentos financeiros	0	0	0
		2 848 138,88	0	2 848 138,88

Relativamente ao imobilizado, o processo de inventariação do património municipal da Autarquia encontra-se em permanente atualização, sendo que são regularmente efetuadas verificações da situação do imobilizado, bem como atualizados os processos nas entidades externas competentes, como a Autoridade Tributária e a Conservatória do Registo Predial.

d. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros, no final do ano decompõem-se da seguinte forma:

Designação	Valor	Valores em euros
Programa URBAN II	346 550,26	
POLIS	1 891 367,30	
Ocupação da Via Pública	2 970,15	
Publicidade	5 084,67	
Serviços - outros	6 939,67	
Loteamentos e obras	26 146,50	
Mercados e feiras	2 868,70	
Produtos alimentares e bebidas	292 886,73	
Rendas - outras	24 520,05	
Aluguer de espaços e equipamentos	9 569,40	
Águas de Gondomar – Rendas de Concessão	3 923 501,81	

Quadro 28: Composição das dívidas de terceiros

De referir que quanto ao montante a receber do programa POLIS, cuja aprovação está publicada no Diário da República, 2ª série, nº 13 de 19 de Janeiro de 2011, continuam a ser encetadas diligências para o recebimento deste montante.

Salienta-se ainda que pela primeira vez fica reconhecido o valor referente ao contrato de concessão da empresa Águas de Gondomar, sendo que este valor vai sendo amortizado anualmente durante a vigência do contrato de concessão.

e. Disponibilidades

A 31 de dezembro de 2015, o montante em caixa foi de 24 819,92 euros, sendo o valor em numerário de 20 270,97 euros e o valor em cheques recebidos, por depositar, de 4 548,95 euros.

O saldo depositado em instituições bancárias ficou fixado em 4 075 858,57 euros.

f. Proveitos Diferidos

Na rubrica de proveitos diferidos encontram-se inscritos os valores referentes a comparticipações de investimentos amortizáveis.

São incluídos também, os proveitos referentes à cedência de créditos futuros, por 20 anos, das rendas de habitação, operação realizada em 2006.

Os movimentos do ano incluem as comparticipações recebidas, as amortizações e eventuais regularizações.

Programas - Descrição	Proveitos 2015	Valores em euros
Biblioteca Municipal		
Biblioteca Municipal	14 430,68	
Programas - Descrição	Proveitos 2015	
Programa POLIS		
Requalificação Urbana e Ambiental da Zona Ribeirinha	445 924,22	
Programas - Descrição	Proveitos 2015	
Programa PER		
PER Bairro Mineiro	10 864,15	
PSC - Programa Sociedade do Conhecimento		
Metrópolis Digital	13 379,51	
Programas - Descrição	Proveitos 2015	
POA Programa Operacional do Ambiente		
Requalificação e Valorização Ambiental do Vale de Rio Tinto	39 380,85	

Programas - Descrição	Proveitos 2015
Programa Pro-Habita	
Programa Pro-Habita St Eulália	40 024,74
Programa Pro-Habita Triana	31 159,12
Programa Pro-Habita Giesta	5 753,16
Programa Pro-Habita Ponte	3 944,15
Programa Pro-Habita Vila Verde	13 995,38
Programas - Descrição	Proveitos 2015
URBAN II - 274511109	
Requalificação e criação de espaços públicos - 1º fase	8 070, 04
Centro de Multivalências dos Carreiros	9 205, 95
Requalificação Criação Espaços Públicos – Esp. Env. Esc. Boucinha	9 847, 16
Requalificação Criação Espaços Públicos – Esp. Env. Esc. Santegãos	597, 29
Apoio à integração e Mobilidade Pessoas Deficientes	3 364, 05
Requalificação do Espaço Env. e das Fachadas do C. Hab. de Carreiros	6 377, 77
Requalificação Criação Espaços Públicos	8 913, 39
Requal. Criação Espaços Públicos – Benef. Área de Intervenção 2º fase	18 008, 21
Jardim de Infância da Triana	2 975, 30
Mercado da Areosa	5 591, 73
Programas - Descrição	Proveitos 2015
ON- Operação Norte	
Reabilitação Urbana Triana Areosa - Rio Tinto	3 081, 10
Via Estruturante Norte - Sul (Av. Conduta)	2 838, 14
Duas passagens inferiores sob a linha CF Leixões	1 943, 34
Gondomar - Espaço Ourivesaria	7 640, 30
Remodelação, Conservação Parque Escolar de Gondomar	2 102, 58
Pavilhão Multiusos	39 131, 09
Infraestruturas Eixos Viários	5 118, 35
Construção da nova Ponte de Foz de Sousa	13 928, 86
Beneficiação da Ligação de Ponte Foz de Sousa a Jancido	18 305, 36
Beneficiação da Estrada D. Miguel	63 539, 27
Quinta da Bandeirinha	7 057, 28

Programas - Descrição	Proveitos 2015
Eficiência Energética nas Piscinas Municipais	
Piscinas Municipais de Baguim do Monte	1 998,01
Piscinas Municipais de Fânzeres	8 570,74
Piscinas Municipais de Medas	7 747,23
Piscinas Municipais de Rio Tinto	8 667,95
Piscinas Municipais de S, Cosme	1 497,24
Piscinas Municipais de Valbom	1 923,44
Piscinas Municipais de S, Pedro da Cova	1 443,84
Programas - Descrição	
Proveitos 2015	
QREN	
Escola EB1/JI Seixo	7 388, 22
Escola EB1/JI Bela Vista 2	9 824, 62
Escola EB1 da Arroteia	5 713, 17
Escola EB1 de S, Caetano 1	8 151, 84
Escola EB1 Passal	2 108, 99
Centro Escolar de Valbom	32 540, 18
Centro Escolar de Carvalhal e Mó	24 678, 42
Parque Tecnológico e de Negócios de Gondomar	214 511, 76
Centro Escolar de Boavista- Lourinha	36 319, 69
Centro Escolar de Gondomar	30 268, 94
Centro Escolar da Venda Nova	24 757, 83
Centro Escolar de Baguim do Monte	24 845, 16
Ligaçāo da Rua dos Carregais (IC29) à EN209	36 550, 64
Ligaçāo da Avenida da Conduta à ZI da Portelinha	31 466, 39
Quadros interativos	30 265, 21
Plano Municipal de Emergência	17 437, 33
Ligaçāo A43/IC29	40 003, 93
Via Direcional	34 236, 11
Complexo Desportivo de Valbom	15 661, 72

Programas - Descrição	Proveitos 2015
Habitação Social D.L. 226/87	
Habitação Social - Baguim do Monte	7 615, 93
Habitação Social - S, Cosme	3 251, 00
Habitação Social - S, Pedro Cova	7 954, 53

Quadro 29: Distribuição dos proveitos diferidos

g. Acréscimos de Proveitos

Nesta rubrica registam-se os proveitos referentes a Dezembro de 2015, mas que se traduzirão em receita no ano de 2016.

	Componente	Valores em euros	
		Valor referente a 2015	Conta a imputar
Acréscimo de Proveitos	Impostos	870 402,24	72
	Juros compensatórios	11 307,13	79

Quadro 30: Distribuição dos acréscimos de proveitos

h. Acréscimos de Custos

Os acréscimos de custos incluem os custos do exercício de 2015 a liquidar no exercício de 2016, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, dos quais se destacam:

	Componente	Valores em euros	
		Valor referente a 2015	Conta a imputar
Acréscimo de custos	Água	34 309,69	62
	Comunicações	9 432,64	62
	Gás	9 707,43	62
	Eletricidade	58 285,70	62
	Seguros	184,98	64
	Juros Empréstimos	46 794,10	68
	Encargos com pessoal	388 133,36	64
	Subsídio de férias	2 921 527,64	64
	Transferências	266 590,43	63
	Diversos	48 583,51	62

Quadro 31: Distribuição dos acréscimos de custos

i. Custos Diferidos

Os valores referentes às despesas pagas em 2015, mas que se referem a custos de 2016, explicitam-se no mapa a seguir:

Valores em euros			
	Componente	Valor referente a 2015	Conta a imputar
Custos diferidos	Rendas	1 782,90	62
	Seguros	89 578,83	64

Quadro 32: Distribuição dos custos diferidos

j. Dívidas de Médio e Longo Prazo

Da análise das componentes de médio e longo prazo temos duas rubricas que se descrevem no quadro seguinte:

		Valores em euros		
Conta	Descrição	2015	2014	2013
2312	Dívidas a instituições de crédito	44 062 831,60	47 495 068,90	50 886 486,83
2689	Credores de médio e longo prazo - EDP	50 825 937,19	52 414 927,75	53 957 649,79
TOTAL		94 888 768,79	99 909 996,65	104 844 136,62

Quadro 33: Composição das dívidas de médio e longo prazo

A evolução desde 2013 das componentes de médio e longo prazo podem ser verificadas no seguinte gráfico:

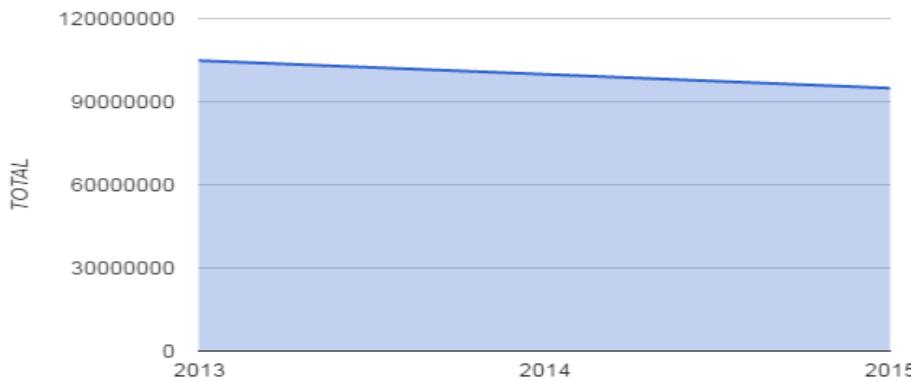


Gráfico 8: Evolução das dívidas de médio e longo prazo

k. Dívidas de Curto prazo

Relativamente à componente de Dívidas de curto prazo, descreve-se no quadro seguinte:

Descrição	2015	2014	Valores em euros
Fornecedores	3 346 747,95	3 534 742,67	
Fornecedores de imobilizado	300 700,34	715 190,00	
Estado e outros entes públicos	302 891,59	282 363,51	
Outros credores	5 183 566,17	5 448 547,91	

Quadro 34: Dívidas de curto prazo

Note-se que na rubrica Outros Credores está incluído o montante a pagar ao FAM, no total de 2 429 905,87 euros a que o Município de Gondomar foi obrigado por imposição legal - Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto, bem como os credores por operações de tesouraria.

Por se tratar de uma rubrica de curto prazo e como tal suscetível de bastantes flutuações não se ilustra graficamente, nem é necessário a análise da variação percentual entre anos.

5. Análise da Demonstração dos Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2015:

DESCRÍÇÃO	2015	2014	Variação	Valores em euros
Custos e Perdas				
Fornecimentos e serviços externos	20 864 175,38	19 579 019,69	6,56%	
Custos com o pessoal	22 926 470,69	22 779 633,90	0,64%	
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	4 306 475,52	4 480 192,54	-3,88%	
Amortizações do exercício	17 082 145,71	16 401 196,75	4,15%	
Provisões do exercício	1 502 694,13	4 382 087,80	-65,71%	
Outros custos e perdas operacionais	215 100,36	369 348,81	-41,76%	
Custos e perdas financeiras	349 357,42	413 193,15	-15,45%	
Custos e perdas extraordinárias	2 872 331,00	1 178 187,84	143,79%	
TOTAL DE CUSTOS	70 118 750,41	69 582 860,48	0,77%	
Resultado líquido do exercício	- 7 282 403,86	- 10 406 517,23		
Proveitos e Ganhos				
Vendas de produtos	1 156,50	43 628,78	-97,35%	
Prestações de serviços	7 535 055,77	7 216 493,13	4,41%	
Rendas	4 257 118,77	4 707 274,39	-9,56%	
Impostos e taxas	22 138 062,70	21 406 080,50	3,42%	
Transferências e subsídios obtidos	26 045 980,20	23 531 124,64	10,69%	
Proveitos e ganhos financeiros	111 726,87	189 710,60	-41,11%	
Proveitos e ganhos extraordinários	2 747 246,24	2 082 031,21	31,95%	
TOTAL DE PROVEITOS	62 836 346,55	59 176 343,25	6,18%	

Quadro 35: Demonstração de resultados sintética

Da análise do quadro acima podemos retirar as seguintes conclusões:

- Os Proveitos do Exercício são de 62 836 346,55 euros, tendo aumentado em 6% relativamente ao ano anterior;
- Para este incremento contribuiu as transferências e subsídios obtidos (10,69%), nomeadamente com algumas comparticipações de fundos comunitários em *overbooking* do último quadro comunitário de apoio (QREN);
- Os Custos do Exercício atingiram o valor de 70 118 750,41 euros, sendo que a sua variação é inferior a um ponto percentual;
- O Resultados Líquidos do Exercício foi de – 7 282 403,86 euros.

Tal qual foi feito para o Balanço, a seguir apresenta-se a decomposição de cada uma das rubricas para uma análise mais detalhada.

a. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos, registados em 2015 pelo valor total de 20 864 175,38 euros, decompõe-se da seguinte forma, nas componentes mais significativas:

40

Conta	Designação	2015	2014	Variação
622111	Encargos de instalações - Eletricidade	1 434 347,00	1 376 999,87	4,16%
622112	Iluminação pública - energia	2 489 067,59	2 275 728,52	9,37%
62212	Combustíveis	964 006,26	1 277 814,36	-24,56%
62213	Água	846 209,34	613 702,47	37,89%
62214	Outros fluídos	13 397,79	11 724,13	14,28%
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	32 848,69	32 120,04	2,27%
62216	Livros e documentação técnica	203,91	1 086,66	-81,24%
62217	Material de escritório	110 768,95	144 745,06	-23,47%
62218	Artigos para oferta	53 206,87	64 165,18	-17,08%
62219	Rendas e alugueres	330 146,00	216 963,64	52,17%
62221	Despesas de representação	3 308,95	1 098,89	201,12%
62222	Comunicação	157 906,25	223 793,99	-29,44%
62223	Seguros	153 978,86	202 296,17	-23,88%
62227	Deslocações e estadas	6 965,37	1 427,70	387,87%
62228	Comissões	4 006,21	4 139,38	-3,22%
62229	Honorários	4 346,05	2 498,22	73,97%

Conta	Designação	2015	2014	Variação
6223211	Edifícios e outras construções-Conservação e Rep.	984 132,82	128 401,28	666,45%
622323	Equipamento de transporte-Conservação e Rep.	302 535,26	353 850,82	-14,50%
622324	Ferramentas e utensílios-Conservação e Rep.	2 567,16	8 663,56	-70,37%
622326	Espaços Verdes - Conservação e Reparação	17 227,87	14 847,40	16,03%
622329	Outras conservações e reparações	856 607,54	756 214,32	13,28%
62233	Publicidade e propaganda	166 866,07	154 292,01	8,15%
622341	Limpeza das instalações	376 448,53	227 400,52	65,54%
622344	Limpeza Urbana	1 249 426,57	1 237 689,95	0,95%
622345	Resíduos Urbanos	1 693 911,65	1 677 999,71	0,95%
622346	Recolha seletiva	1 201 510,04	1 190 223,53	0,95%
62235	Vigilância e segurança	8 586,86	88 295,79	-90,27%
62236	Trabalhos especializados	711 798,40	537 152,97	32,51%
62237	Tratamento de resíduos sólidos	2 503 268,69	2 522 194,16	-0,75%
62239	Transportes Escolares	300 501,45	310 734,41	-3,29%
62290	Encargos de cobrança	730 565,02	724 233,58	0,87%
6229801	Portagens	14 481,15	8 688,20	66,68%
6229802	Atividades culturais e turísticas	169 258,05	130 531,81	29,67%
6229803	Atividades desportivas	405 638,54	583 628,17	-30,50%
6229804	Anúncios	18 281,18	14 104,92	29,61%
6229806	Jornais e revistas	7 585,00	6 852,05	10,70%
6229807	Atividades educativas	172 796,94	381 514,17	-54,71%
6229809	Refeitórios	1 473 187,08	1 444 874,24	1,96%
622982	Sinalização	69 255,54	62 461,05	10,88%
6229899	Fornecimentos e serviços diversos	624 015,53	466 305,79	33,82%

Quadro 36: Composição dos fornecimentos e serviços externos

41

Notas ao quadro referente aos Fornecimentos e Serviços Externos:

- O valor de crescimento elevado existente na conta 6223211 – Edifícios e outras construções, refere-se em grande parte às obras de beneficiação do relvado do clube Gens Sport Club, obra esta que foi apoiada por fundos comunitários;
- Por se tratar de um imóvel que não pertence ao Património Municipal foi necessário contabilizar nesta rubrica;

- O crescimento verificado na rubrica de “Água” refere-se à revisão que foram feitos aos totalizadores em espaço público (leituras pela empresa e não por estimativa) tais como Conjuntos Habitacionais, Jardins e espaços verdes;
- Da análise do quadro acima salienta-se ainda que por vezes a expressão da variação percentual ser significativa, isso não implica que a mesma se traduza numa expressão monetária de materialmente relevante.

b. Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

A rubrica Transferência e Subsídios correntes, registados em 2015 pelo valor total de 4 306 475,52 euros, decompõe-se da seguinte forma, nas suas componentes materialmente relevantes:

Conta	Designação	Valores em euros		
		2015	2014	Variação
631361	Freguesias - Protocolos	1 230 000,00	1 230 000,00	0,00%
631362	Freguesias - Outros	103 198,34	88 684,96	16,37%
6316111	Associações - Apoios Pecuniários	2 210 417,05	2 197 397,88	0,59%
6316112	Associações - Outros Apoios	4 981,50	37 425,82	-86,69%
631612	Escolas	408 053,44	479 063,10	-14,82%
631621	Ação Social - famílias	351 681,69	443 500,78	-20,70%
631629	Outros - famílias	3 125,00	4 120,00	-24,15%

Quadro 37: Composição das transferências

c. Custos com pessoal

Os custos com o pessoal que foram contabilizados no exercício de 2015, decompõe-se da seguinte forma, nas suas componentes mais significativas:

Valores em euros				
Conta	Designação	2015	2014	Variação
641	Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	201 717,12	217 482,17	-7,25%
642	Remunerações do pessoal	17 512 842,43	17 350 360,99	0,94%
643	Pensões	84 341,31	143 849,16	-41,37%
644	Outras remunerações	86 855,34	92 712,19	-6,32%
645	Encargos sobre remunerações	3 807 197,23	3 928 097,25	-3,08%
646	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	226 058,01	241 770,75	-6,50%
648	Outros custos com o pessoal	961 557,37	805 360,69	19,39%

Quadro 38: Composição dos custos com pessoal

d. Amortizações do exercício

As amortizações de bens do imobilizado, de acordo com as regras do POCAL e do CIBE- Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, para o exercício de 2015, estão compostas da seguinte forma:

Valores em euros				
Conta	Designação	2015	2014	Variação
6622	Edifícios e outras construções	3 733 799,22	3 651 809,39	10,62%
6623	Equipamento básico	339 198,38	284 561,62	19,20%
6624	Equipamento de transporte	96 164,26	88 661,27	8,46%
6625	Ferramentas e utensílios	33 157,31	28 624,98	15,83%
6626	Equipamento administrativo	334 284,05	316 009,65	5,78%
6628	Outras imobilizações corpóreas	261 293,23	264 816,20	-1,33%
6652	Edifícios	12 103,69	12 103,69	0,00%
6653	Outras construções e infraestruturas	11 963 699,70	11 309 848,69	5,78%
6659	Outros Bens do Domínio Público	306 441,87	442 666,56	-30,77%

Quadro 39: Amortizações do exercício

e. Provisões do exercício

As provisões do exercício comportam as necessárias para fazer face aos processos judiciais em curso e que no ano de 2015 tiveram um reforço de 1 502 694,13 euros, já mencionado nas notas relativamente à análise do Balanço.

f. Custos e perdas financeiros

As componentes mais significativas dos custos e perdas financeiras, podem-se demonstrar da seguinte forma:

Valores em euros				
Conta	Designação	2015	2014	Variação
681	Juros suportados	306 998,22	397 826,24	-22,83%
682	Perdas em entidades participadas	28 804,93		
688	Outros custos e perdas financeiros	13 554,47	15 366,91	-11,79%

Quadro 40: Custos e perdas financeiros

g. Custos e perdas extraordinários

As componentes mais significativas dos custos e perdas extraordinários, podem-se demonstrar da seguinte forma:

Valores em euros		
Conta	Designação	2015
692	Dívidas incobráveis	1 160 790,56
694	Perdas em imobilizações	1 711 072,78
697	Correções relativas a exercícios anteriores	467,66

Quadro 41: Custos e perdas extraordinárias

Notas ao quadro dos custos extraordinários:

- a) Por se tratar de uma rubrica de movimentos excepcionais, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2014;

- b) Durante 2015, foram alienados alguns imóveis, motivo pelo qual o valor em “Perdas em Imobilizações” é significativamente mais alto quando comparado com 2014;
- c) Os proveitos relativo à alienação de immobilizado, no mesmo período foram de 373 423,11 euros.

h. Proveitos e ganhos

Dos Proveitos do Exercício salientam-se as seguintes rubricas abaixo indicadas, nas suas componentes principais e mais significativas utilizando o mesmo critério de materialidade, já adotado nos quadros anteriores:

i. Vendas e Prestações de serviços

As vendas e serviços prestados pela Autarquia durante o exercício e 2015, podem demonstrar-se no quadro seguinte que contém os valores mais significativos:

Conta	Designação	2015	2014	Variação	Valores em euros
7113	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos ³	1 156,50	43 628,78	-97,35%	
712070201	Aluguer de espaços e equipamentos ⁴	54 585,00	12 600,00	333,21%	
71207020803	Serviços culturais	19 438,45	17 833,60	9,00%	
71207020804	Serviços desportivos	1 335 447,93	1 349 725,11	-1,06%	
71207020902	Resíduos sólidos	5 114 348,20	4 585 775,72	11,53%	
71207020906	Mercados e feiras	209 167,47	213 884,36	-2,21%	
71207020999	Outros	64 939,76	93 554,23	-30,59%	
7121070107	Produtos alimentares e bebidas	737 139,91	943 120,11	-21,84%	
713070301	Rendas - Habitações	1 197 447,42	1 229 125,52	-2,58%	
713070302	Rendas - Edifícios	230 256,00	230 964,00	-0,31%	
713070399	Rendas - Outras	2 829 414,85	3 247 184,87	-12,87%	

Quadro 42: Vendas e prestações de serviços

³ O valor desta rubrica refere-se à venda de sucata e subprodutos que o Município alienou em Hasta Pública

⁴ O crescimento desta rubrica face a 2014, justifica-se pela integração e internalização da empresa Gondomar Coração de Ouro, EM, no Município de Gondomar,

j. Impostos e Taxas

Os impostos e taxas cobrados pela Autarquia durante o exercício de 2015, podem demonstrar-se no quadro seguinte que contém os valores mais significativos:

Conta	Designação	Valores em euros		
		2015	2014	Variação
721010202	IMI	14 306 203,23	13 913 439,34	2,82%
721010203	IUC	2 996 733,46	3 053 316,89	-1,85%
721010204	IMT	2 321 513,38	1 913 920,79	21,30%
721010205	Derrama	1 565 692,04	1 648 825,08	-5,04%
721010207	Impostos abolidos	1 568,36	5 340,80	-70,63%
72202020602	Impostos - Loteamentos e obras	169 201,69	161 692,92	4,64%
72202020603	Impostos - Ocupação da via pública	163 822,94	153 749,95	6,55%
72202020605	Impostos - Publicidade	250 740,05	242 073,45	3,58%
7220202069901	Impostos - TMDP	78 155,21	31 693,16	146,60%
7220202069999	Impostos - Outros	59 828,98	63 057,38	-5,12%
72404012302	Taxas - Loteamentos e obras	372 395,83	419 288,16	-11,18%
7240401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	410,90	319,85	28,47%
7240401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	55,11	146,11	-62,28%
7240401239903	Taxa de vistoria - CAM	349,88	49 367,86	-99,29%
7240401239999	Outras	53 344,65	0,00	100,00%

Quadro 43: Impostos e taxas

k. Transferência e subsídios obtidos

As transferências e subsídios obtidos pela Autarquia durante o exercício e 2015 podem demonstrar-se no quadro seguinte que contém os valores mais significativos:

Conta	Designação	2015	2014	Variação	Valores em euros
742111106030101	FEF	9 052 979,00	9 559 253,00	-5,30%	
742111106030102	FSM	2 278 209,00	2 194 852,00	3,80%	
742111106030103	Participação fixa no IRS	5 553 649,00	3 314 522,00	67,56%	
74211110603019902	Educação - Actividades Extra curriculares	551 100,56	880 042,05	-37,38%	
74211110603019903	Educação - Pessoal não docente	4 566 218,66	2 836 830,13	60,96%	
74211110603019904	Educação - Auxílios económicos	2 524 670,73	3 110 463,86	-18,83%	
74211110603019905	Educação - Outras	180 000,00	180 000,00	0,00%	
74211110603019907	Outras comparticipações	149 064,87	275 047,97	-45,80%	
7421111060306	Estado- Particip. projetos co-financiados	16 921,16	29 363,41	-42,37%	
742112	Transferências de capital	1 173 167,22	1 062 139,00	10,45%	
7421121	FEF- capital	1 005 886,00	1 062 139,00	-5,30%	
7421129	Outras Transferências de Capital obtidas	167 281,22	0,00	100,00%	

Quadro 44: Transferências e subsídios obtidos

I. Proveitos e ganhos financeiros

Nos Proveitos Financeiros destaca-se, essencialmente, os juros de depósitos e o valor referente aos dividendos da empresa Portgás.

Conta	Designação	2015	2014	Valores em euros
781	Juros e ganhos financeiros	55 395,29	104 150,03	
782	Ganhos em empresas participadas	55 844,77	80 908,43	

Quadro 45: Proveitos e ganhos financeiros

m. Proveitos e ganhos extraordinários

Nos Proveitos Extraordinários destacam-se, essencialmente, da aplicação de multas e outras penalidades e juros de mora bem como a amortização dos projetos comparticipados.

Valores em euros		
Conta	Designação	2015
795	Benefícios de penalidades contratuais	320 453,86
798	Outros Proveitos e Ganhos extraordinários	2 001 928,23

Quadro 46: Proveitos extraordinários

Por se tratar de uma rubrica que, pela sua natureza, não regista movimentos regulares na contabilidade, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2014.

6. Endividamento

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, por opção do Município, não obstante as restrições impostas pela Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e pela Lei do Orçamento de Estado,

A política financeira seguida continuou, assim, no sentido de uma redução gradual do endividamento.

Anos	Valores em euros		
	2015	2014	2013
Total passivo cp	11 898 385,90	12 195 655,41	11 507 221,97
Total passivo mlp	89 694 383,07	94 866 971,09	99 725 430,98
Total Passivo	101 592 768,97	107 062 626,50	111 232 652,95

Quadro 47: Evolução do endividamento

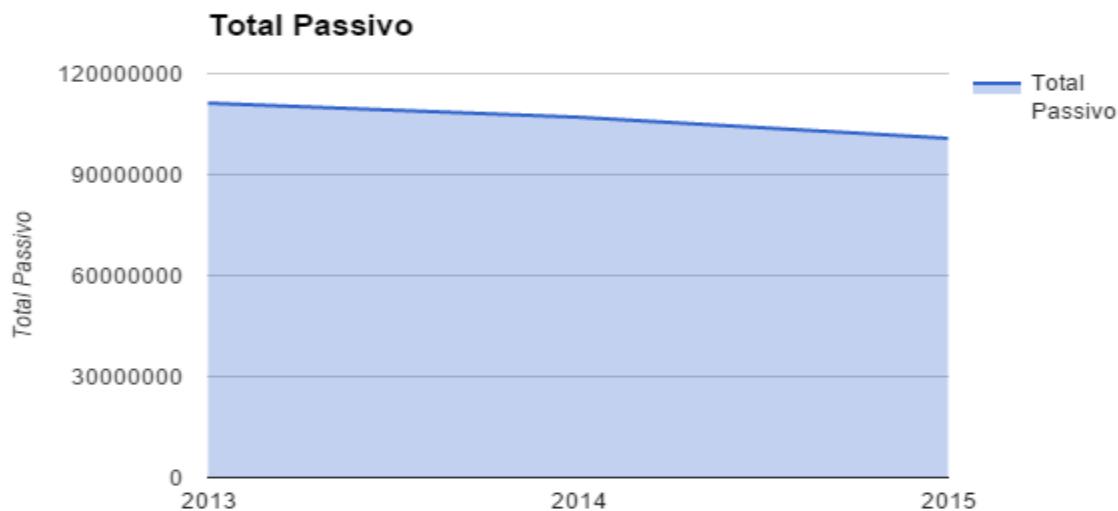


Gráfico 9: Evolução do passivo municipal

Com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que substitui a anterior LFL, os conceitos de endividamento municipal são alterados.

Os municípios passaram a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, incluindo aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

Esta Lei define no nº 1 do artigo 52º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 15 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

a. Cálculo Do Endividamento Municipal

		Valores em euros
Contas do Município de Gondomar		
Fornecedores	3 647 448,29	
Empréstimos bancários	44 062 831,60	
Estado	5 636,59	
Outros credores	160 775,08	
Dívida à EDP	50 825 937,19	
Total Dívida do Município	98 702 628,75	
 Contas das Entidades participadas		
LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	11 053 313,84	
Área Metropolitana do Porto	3,82	
Associação Nacional Municípios Portugueses	357,95	
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S,A,	2,38	
Total Dívida Empresas Participadas	11 053 677,98	
Endividamento Total do Município	109 756 306,73	

Quadro 48: Endividamento municipal

51

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe a Lei é a seguinte:

Exercício	Valores em euros
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2012	56.861.139,00 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2013	58.205.916,00 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2014	55.311.055,00 €
RECEITA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS	56.792.703,33 €

Quadro 49: Receita média dos 3 últimos exercícios

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 85 189 055 euros, determinando a 31 de dezembro de 2014 um excesso ao limite de endividamento na ordem dos 30 912 276 euros. Assim sendo, o Município de Gondomar está obrigado a reduzir 10% deste excesso, tal qual refere a alínea a) do nº 3 do mesmo artigo:

“...deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido...”

Assim, a redução do excesso de endividamento efetuada em 2015 foi a seguinte:

Regularização do excesso de dívida	Valores em euros
Valor de dívida em excesso a 1 de Janeiro de 2015	31 335 171
Valor de dívida em excesso a 31 de Dezembro de 2015	24 567 252
Redução necessária para 2015	3 133 517
Redução efetuada em 2015	6 767 919

Quadro 50: Regularização do excesso de dívida

Como vem sendo habitual o Município de Gondomar voltou a superar o mínimo necessário para a redução do excesso de endividamento.

Ainda assim, para 2016, o endividamento do Município de Gondomar está com o coeficiente de 1,93, superior ao de 1,5 que está preceituado na Lei, pelo terá de continuar este esforço de ajustamento.

7. Contabilidade de custos

A contabilidade de custos é também uma das componentes da contabilidade autárquica, preconizada no POCAL.

Com a evolução da contabilidade e dos meios ao seu dispor torna-se necessário ser capaz de prestar cada vez mais informações sob diversas formas, respondendo de forma precisa a fins específicos solicitados pelos distintos utilizadores e em circunstâncias variadas, internos e externos, ao Município.

A vigência do POCAL, veio neste sentido, criar condições para a integração consistente da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos, promovendo uma contabilidade autárquica moderna e um instrumento essencial no apoio à gestão das Autarquias Locais.

De salientar que a utilização da contabilidade de custos é obrigatória, tendo como fundamento legal o disposto 2.8.3.1 do POCAL, o qual determina que:

“A contabilidade de custos é obrigatória no apuramento do custo das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”.

A informação que agora se apresenta, foi elaborada numa ótica de complementaridade face à contabilidade orçamental e patrimonial, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como um confronto de valores.

Uma das diferenças substanciais é o facto da contabilidade orçamental ter por base uma ótica de caixa (recebimentos vs pagamentos), enquanto a contabilidade de custos tem por base custos e proveitos do exercício, seguindo o princípio do acréscimo, tal qual ocorre na contabilidade patrimonial.

Outro aspeto relevante, é a presença de custos indiretos na contabilidade de custos, que tendo por base o POCAL, devem ser efetuados segundo coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Com o propósito de prestar informação agregada pelas funções, apresenta-se o quadro seguinte:

Função	Valor	Peso	Obs
Administração geral	1 427 383,32	2,17%	a)
Proteção civil e luta contra incêndios	829 701,18	1,26%	b)
Polícia municipal	325 148,68	0,49%	c)
Ensino não superior	13 053 484,19	19,80%	d)
Serviços auxiliares de ensino	249 632,11	0,38%	e)
Segurança social	2 187 603,84	3,32%	f)
Ação social	1 488 147,93	2,26%	g)
Habitação	4 101 453,41	6,22%	h)
Ordenamento do território	677 712,30	1,03%	i)
Resíduos sólidos	9 155 722,56	13,89%	j)
Proteção do meio ambiente	3 139 960,92	4,76%	k)
Cultura	1 911 784,68	2,90%	l)
Desporto, recreio e lazer	6 895 180,95	10,46%	m)
Outras atividades cívicas e religiosas	341 582,33	0,52%	n)
Indústria e energia	3 642 082,32	5,52%	o)
Transportes rodoviários	13 989 143,73	21,22%	p)
Mercados e feiras	90 237,85	0,14%	q)
Turismo	748 565,25	1,14%	r)
Outras funções económicas	72 315,19	0,11%	s)
Operações da dívida autárquica	296 361,07	0,45%	t)
Transferências entre administrações	1 284 801,80	1,95%	u)
Diversas não especificadas	17 900,38	0,03%	v)
TOTAL	65 925 905,99	100,00%	

Quadro 51: Classificação funcional dos custos

Legenda:

- a) Despesas transversais a vários serviços, como por exemplo os custos com pessoal que não se podem reconhecer nas rubricas abaixo,
- b) Custos com o serviço de proteção civil e apoios às corporações de bombeiros;
- c) Despesas com o serviço de Polícia Municipal,
- d) Despesas com ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico,
- e) Despesas complementares de educação,
- f) Encargos com a segurança social e subsistemas,
- g) Despesas aplicadas em ações sociais,
- h) Despesas com a habitação social,

- i) Despesas com conservação;
- j) Encargos com o tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana;
- k) Custos com a manutenção de espaços verdes e proteção do ambiente;
- l) Custos com os apoios e iniciativas culturais
- m) Custos com apoios e iniciativas na área desportiva
- n) Custos com apoios a atividades cívicas e religiosas
- o) Despesas com a iluminação pública
- p) Despesas com a manutenção e conservação das infraestruturas rodoviárias
- q) Despesas inerentes aos mercados e feiras do município;
- r) Despesas de apoio à atividade turística;
- s) Despesas de apoio a atividades económicas;
- t) Despesas financeiras
- u) Transferências para as juntas de freguesia
- v) Custos não imputáveis a um atividade especificada nas alíneas anteriores

Nesta ótica de classificação funcional, as despesas de funcionamento dos órgãos municipais e dos serviços transversais a várias funções, nomeadamente os Órgãos da Autarquia, o Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa, o Departamento Jurídico, o Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento, a Divisão Financeira e Contabilidade, foram imputadas à subfunção Administração Geral.

As atividades desenvolvidas pelos restantes serviços da autarquia, foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa.

De igual forma, as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas a atividades desenvolvidas por cada um destes serviços.

As transferências para as freguesias foram distribuídas pela subfunção Transferências entre Administrações.

Os encargos de juros com empréstimos bancários e outros serviços bancários foram atribuídos à subfunção Operações da dívida autárquica.

8. Indicadores Económico- Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da edilidade,

Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

a. Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo.

Este indicador é calculado através da divisão entre Fundos Próprios e Passivo.

O seu valor deve ser superior a 50% para que haja boa solvabilidade, não devendo ser inferior a 35%.

O rácio de Solvabilidade do Município de Gondomar apresenta o valor de 92,03%, que não sendo ideal, é um bom indicador, uma vez que significa que o valor do património é praticamente suficiente para cobrir todas as dívidas da autarquia.

56

Este indicador tem vindo a subir ao longo dos três últimos exercícios, conforme se comprova pelo quadro e gráfico abaixo:

Indice de solvabilidade	2015	2014	2013
Fundos Próprios / Passivo	97.36%	97.18%	103.58%

Quadro 52: Índice de solvabilidade

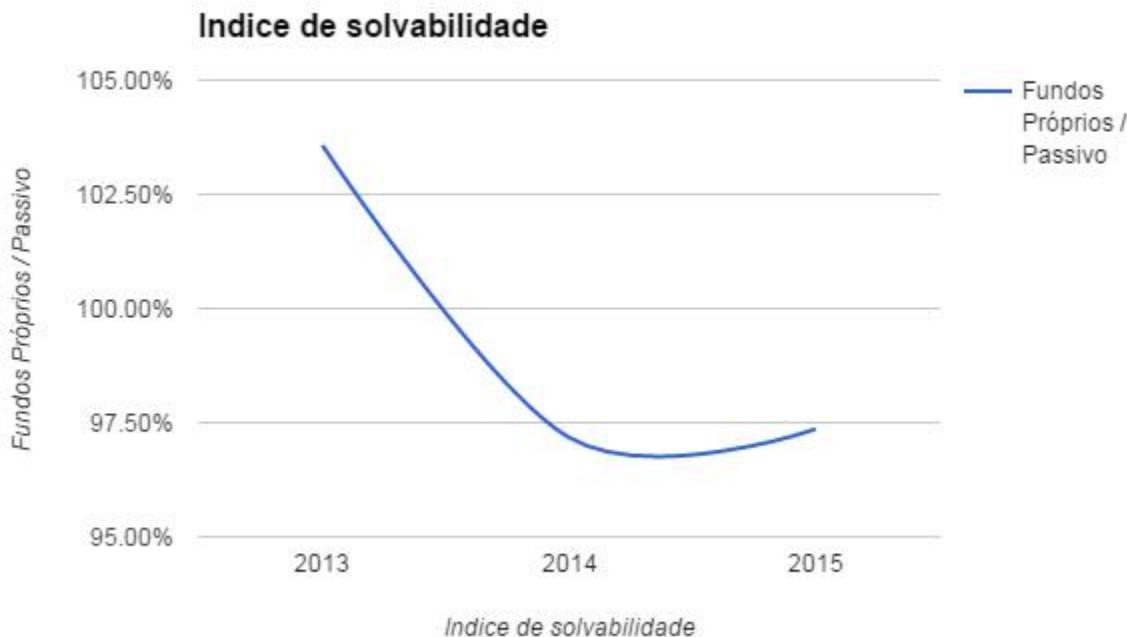


Gráfico 10: Índice de solvabilidade

57

b. Autonomia Financeira

Este rácio determina a dependência do Município face aos capitais alheios.

É calculado através da divisão dos Fundos Próprios com o Ativo Total Líquido e não deverá ter um percentual inferior a 35%.

O valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo líquido é totalmente financiado por capitais próprios, não existindo qualquer dívida a pagar.

O grau de Autonomia Financeira do Município de Gondomar está fixado em 49,33%, o que representa alguma dependência de capitais alheios.

c. Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral representa a capacidade que a autarquia tem de dissolver os seus compromissos de curto prazo e é calculado através da divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pelo que o seu valor deve ser superior a 1.

O valor encontrado foi de 0,74 o que significa que as suas obrigações de curto prazo são superiores aos seus direitos de curto prazo.

Esta situação reflete as atuais dificuldades de tesouraria decorrentes do elevado número de obrigações que o Município está comprometido. Ainda assim o valor evoluiu favoravelmente face ao último ano, motivado pela inclusão pelos valores devidos pelo Município de Gondomar no âmbito do contrato de concessão com a empresa Águas de Gondomar.

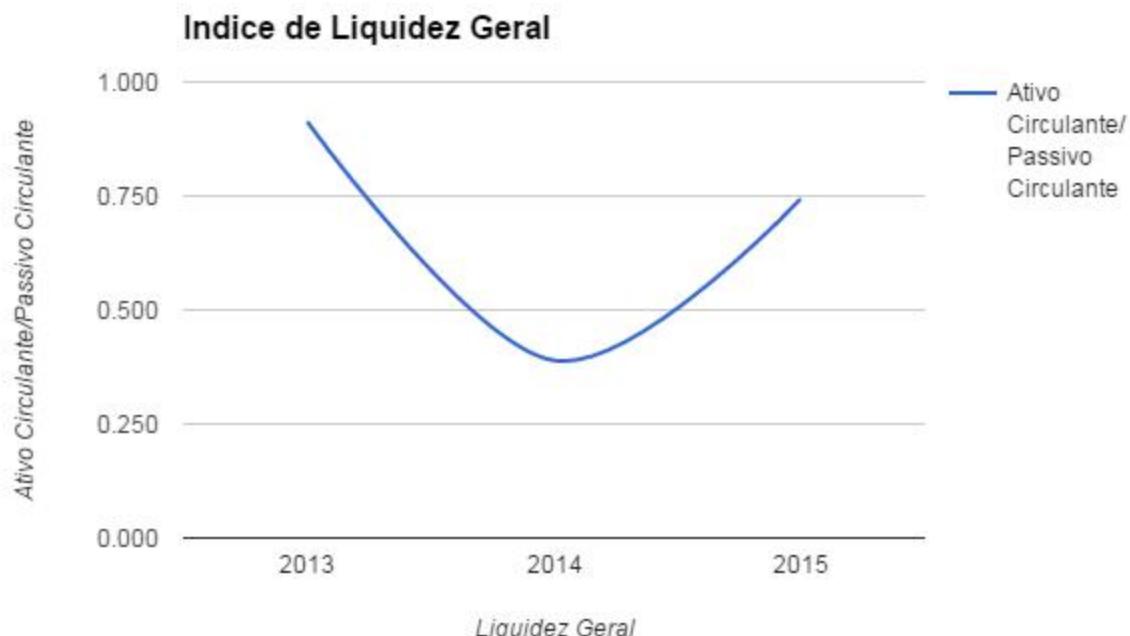


Gráfico 11: Índice de Liquidez Geral

d. Prazo médio de pagamentos

A fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) consubstanciou-se no indicador definido nos termos do nº 4 do Despacho nº 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no Diário da Republica nº 71, 2ª série Parte C, através da seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Legenda:

PMP - Prazo Médio Pagamentos

DF - Valor da dívida de curto prazo a fornecedores

A - Aquisições de bens e serviços efetuadas

365 - Nº dias de um ano

Cabe no entanto à Direção Geral das Autarquias Locais, nos termos do nº 20 da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, publicar na sua página eletrónica na Internet, até ao final do mês de abril, o PMP registado por cada município, no final do 4º trimestre do ano anterior.

Os valores para o apuramento dos são enviados pelo Município de Gondomar mensalmente.

	2015	2014	2013
PMP	26	27	21

Quadro 53: Quadro dos Prazos Médios de Pagamento

9. Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 do Balanço -“Património”- terá que ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20% do valor do Ativo Líquido.

No exercício corrente, esta premissa está, como se pode verificar no Balanço, largamente salvaguardada.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do POCAL explicita que a conta 571 “Reservas Legais”, deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, sendo o Resultado Líquido do Exercício de 2015, negativo, não há lugar a aplicação de resultados.

10. Mapa de Acordos de pagamento

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.

11. Registo de Compromissos Plurianuais

DECLARAÇÃO

Marco André Martins Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

62

Paços do Município de Gondomar, Abril de 2016

O Presidente da Câmara

(Dr. Marco Martins)



12. Balanço e Demonstração de Resultados

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2015		2014	
		AB	AP	AL	AL
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.477.840,59		5.477.840,59	5.362.830,26
452	Edifícios	944.503,36	116.059,49	828.443,87	840.547,56
453	Outras construções e infra-estruturas	197.313.868,36	130.953.711,57	66.360.156,79	73.441.543,30
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23		137.506,23	137.506,23
459	Outros bens de domínio público	7.679.949,45	1.229.259,12	6.450.690,33	7.645.260,53
445	Imobilizações em curso	1.836.083,51		1.836.083,51	4.117.931,56
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		213.389.751,50	132.299.030,18	81.090.721,32	91.545.619,44
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso	869.039,91	868.639,91	400,00	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Outras imobilizações incorpóreas				
		869.039,91	868.639,91	400,00	
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	42.266.356,41		42.266.356,41	39.145.771,00
422	Edifícios e outras construções	262.235.965,90	36.174.211,40	226.061.754,50	223.279.054,27
423	Equipamento básico	4.314.147,25	2.963.389,09	1.350.758,16	1.555.506,25
424	Equipamento de transporte	2.739.341,07	2.246.602,70	492.738,37	530.812,73
425	Ferramentas e utensílios	452.061,87	342.079,12	109.982,75	116.621,30
426	Equipamento administrativo	4.361.070,40	3.531.538,82	829.531,58	762.080,93
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	5.058.583,75	3.792.833,78	1.265.749,97	1.424.605,54
442	Imobilizações em curso	1.556.230,17		1.556.230,17	7.259.069,01
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00		1.249.992,00	1.249.992,00
		324.233.748,82	49.050.654,91	275.183.093,91	275.323.513,03
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	860.653,01	371,15	860.281,86	910.281,86
412	Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87		2.847.639,87	2.847.639,87
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.708.292,88	371,15	3.707.921,73	3.757.921,73
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				



BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2015		2014	
		AB	AP	AL	AL
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	2.258.701,86		2.258.701,86	2.295.520,70
212	Contribuintes, c/c	371.291,93		371.291,93	306.911,72
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	309.350,30	302.882,88	6.467,42	91,53
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	3.923.501,81		3.923.501,81	
214	Impostos liquidados p/ Estado				
215	Outras Entidades				
217	Clientes e utentes c/ caução				
	Titulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	4.075.858,57		4.075.858,57	3.231.939,05
11	Caixa	24.819,92		24.819,92	17.004,93
		4.100.678,49		4.100.678,49	3.248.943,98
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	881.709,37		881.709,37	1.231.380,54
272	Custos diferidos	91.361,73		91.361,73	149.936,08
		973.071,10		973.071,10	1.381.316,62
	Total das amortizações		182.218.325,00		
	Total das provisões		303.254,03		
	Total do activo	554.137.428,60	182.521.579,03	371.615.849,57	377.859.838,75



Câmara Municipal de Gondomar
BALANÇO

Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
51	Fundos próprios		
55	Património	173.285.741,23	172.788.724,93
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
571	Reservas		
571	Reservas legais	1.344.269,21	1.344.269,21
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	3.218.869,13	3.096.583,27
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	12.754.692,56	19.401.345,41
88	Resultado líquido do exercício	-7.282.403,86	-10.406.517,23
		183.321.168,27	186.224.405,59
292	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	12.475.938,80	10.973.244,67
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	40.505.081,60	44.041.033,90
2689	Credores de médio e longo prazo - EDP	49.189.301,47	50.825.937,19
		89.694.383,07	94.866.971,09
2311	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
26892	Empréstimos de curto prazo	3.557.750,00	3.454.035,00
269	Dívida à EDP - encargo anual de curto prazo	1.636.635,72	1.588.990,56
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores, c/c	138.598,64	800.835,83
252	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	3.208.149,31	2.733.906,84
217	Credores pela execução do orçamento		
219	Clientes e utentes c/ cauções		
2611	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
24	Fornecedores de imobilizado, c/c	59.372,78	72.092,72
264	Estado e outros entes públicos	302.891,59	282.363,51
	Administração autárquica		6.675,63
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	5.183.566,17	5.448.547,91
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	241.327,56	643.097,28
		14.328.291,77	15.030.545,28
273	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.783.549,52	3.513.688,59
274	Proveitos diferidos	68.012.518,14	67.250.983,53
		71.796.067,66	70.764.672,12
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	371.615.849,57	377.859.838,75

ORGÃO EXECUTIVO
Em.....dede
.....

ORGÃO DELIBERATIVO
Em.....dede
.....



Câmara Municipal de Gondomar
Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	Custas e Perdas	Exercícios	
		2015	2014
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
612	Mercadorias	0,00	0,00
616	Matérias	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	20.864.175,38	19.579.019,69
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	17.714.559,55	17.567.843,16
643 a 648	Encargos sociais	5.211.911,14	5.211.790,74
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	4.306.475,52	4.480.192,54
66	Amortizações do exercício	17.082.145,71	16.401.196,75
67	Provisões do exercício	1.502.694,13	4.382.087,80
65	Outros custos e perdas operacionais	215.100,36	369.348,81
	(A)		
68	Custos e perdas financeiras	349.357,62	413.193,15
	(C)		
69	Custos e perdas extraordinárias	2.872.331,00	1.178.187,84
	(E)		
	Resultado líquido do exercício	0,00	-10.406.517,23
		62.836.346,55	59.176.343,25
	Proveitos e Ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00
7112+7113	Vendas de produtos	1.156,50	43.628,78
712+715	Prestações de serviços	7.535.055,77	7.216.493,13
713	Rendas	4.257.118,27	4.707.274,39
72	Impostos e taxas	22.138.062,70	21.406.080,50
	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	26.045.980,20	23.531.124,64
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	48.184.042,90	44.937.205,14
	(B)		
78	Proveitos e ganhos financeiros	111.726,87	189.710,60
	(D)		
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.747.246,24	2.082.031,21
	(F)	62.836.346,55	59.176.343,25

Resumo:

Resultados operacionais (B) - (A)	-6.919.688,35	-11.086.878,05
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	-237.630,75	-223.482,55
Resultados correntes (D)-(C)	-7.157.319,10	-11.310.360,60
Resultados líquidos do exercício (F) - (E)	-7.282.403,86	-10.406.517,23

ORGÃO EXECUTIVO
Em.....dede
.....

ORGÃO DELIBERATIVO
Em.....dede
.....

13. Anexos às Demonstrações Financeiras

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município de Gondomar, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução nº 26/2013, e nº 4/2014.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem duas partes distintas:

8.1 - Caracterização da entidade;

8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL.

No cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

67

a. 8.1 Caracterização da Entidade

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o POCAL, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são os constantes do seguinte mapa:



GONDOMAR
é P'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE 8.1

1 Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR

1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município, 4420-193 GONDOMAR
	TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66
	Número de identificação Fiscal: 506 848 957

1.3	NÚMEROS DE ELETORES
	Até 10 000 <input type="checkbox"/>
MUNICÍPIO	Mais de 10 000 e menos de 40 001 <input type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 40 000 <input checked="" type="checkbox"/>

2 LEGISLAÇÃO 8.1.2

Data de constituição

Publicado no D.R.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 8.1.3

3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

S N

A Câmara tem serviços municipalizados?

Se responderam sim, especifique quais e indique os respectivos grupos.

68

3.2	ÓRGÃOS
Tem órgãos de natureza consultiva?	<input type="checkbox"/> Não
Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim

O organograma encontra-se anexo ao relatório,



5	RECURSOS HUMANOS	8.1.5															
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO																
	Presidente:	Marco André dos Santos Martins Lopes															
	Vice - Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo															
	Vereadores:	Maria Aurora Moura Vieira Carlos Alberto Silva Brás José Fernando da Silva Moreira Sandra Eunice Ramos de Almeida Hélder Vasco dos Santos Figueiredo Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho Rui Ferreira de Espinheira Quelhas Rosalina Sofia Neves Martins Joaquim dos Santos Barbosa															
	Vice - Presidente	1															
	Em regime de permanência	4															
	A meio tempo	0															
	Restantes vereadores	5															
6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6															
	1- Descrição das características do Sistema informático	SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica POCAL disponibilizado pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC)															
	2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas																
	3- Descentralização contabilística	Não															
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	8.1.7															
7.1	Fundos Municipais atribuídos																
	Fundo de Equilíbrio Financeiro																
	Fundo Social Municipal																
	Participação no IRS																
	TOTAL																
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Corrente</th> <th>Capital</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>9 052 979</td> <td>1 005 886</td> <td>10 058 865</td> </tr> <tr> <td>2 278 209</td> <td></td> <td>2 278 209</td> </tr> <tr> <td>5 553 649</td> <td></td> <td>5 553 649</td> </tr> <tr> <td>16 884 837</td> <td>1 005 886</td> <td>17 890 723</td> </tr> </tbody> </table>	Corrente	Capital	Total	9 052 979	1 005 886	10 058 865	2 278 209		2 278 209	5 553 649		5 553 649	16 884 837	1 005 886	17 890 723
Corrente	Capital	Total															
9 052 979	1 005 886	10 058 865															
2 278 209		2 278 209															
5 553 649		5 553 649															
16 884 837	1 005 886	17 890 723															
7.2	Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação																
7.3	Ações de Fiscalização																
	Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município: Data de acção -26/03/09 a 16/06/2009 - Período abrangido 01/01/2006 a 31/12/2008 - Entidade_IGF Auditoria, "Controlo do Endividamento do Município" - Procº 2009/25/A3/417																

b. 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogados e dos respetivos balanços e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem um imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local:

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade autárquica que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao caráter específico da sua atividade.

O Município de Gondomar implementou este sistema de contabilidade (POCAL), no ano de 2003.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira, ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação.

São apresentados no Relatório de Gestão elementos sobre a contabilidade de custos do Município de Gondomar e é feito uma análise à distribuição das despesas pelas diversas funções.

70

Não foram derrogadas quaisquer disposições do POCAL suscetíveis de terem impacto na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados do Município.

8.2.2 Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os de exercício anterior:

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, com exceção das seguintes situações:

Reconhecimento na rubrica 26 – Outros devedores e credores do valor de 3 905 615,68 euros, por contrapartida da conta 59- Resultados Transitados, da dívida da empresa Águas de Gondomar, SA, ao Município no âmbito do Contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento, celebrado a 30 de Outubro de 2001;

Reclassificação de terrenos expropriados, registados em anos anteriores na rubrica 459 - Outros bens do domínio público para a conta 421 – Terrenos no valor de 1 083 446 euros.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados:

Bens do Domínio Público

Os bens de imobilizado corpóreo de domínio público encontram-se registados no património do Município pelo valor de aquisição, quando conhecido ou pelo valor de avaliação, segundo os critérios técnicos adequados.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas pelo valor de aquisição.

Imobilizações corpóreas

Nos bens móveis, o critério utilizado foi idêntico aos bens do domínio público, sendo que para os valores do Imobilizado em Curso, o critério valorimétrico é o do valor de aquisição ou de construção.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes em capital) estão registados pelo valor de aquisição e foi feito um reajustamento de valor provocado pela correção da moeda (de escudos para euros).

71

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2015 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1- As provisões para cobrança duvidosa são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses;

72

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais,
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório,

2- As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável, As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido.

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimo de proveitos são registados os montantes provenientes de impostos e transferências relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar e encargos das instalações, como água, eletricidade e comunicações.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município de Gondomar recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

73

8.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

Não aplicável.

8.2.6 – Comentários às contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de Investigação e de Desenvolvimento:

Não aplicável.

8.2.7 - Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Os respetivos mapas apresentam-se mais adiante como anexos – Ativo Bruto e Amortizações e Provisões.

8.2.8 – As rubricas dos mapas atrás referidos encontram-se desagregados nos “Mapas das amortizações” e “Mapa anexo às demonstrações financeiras” de modo que sejam evidenciados as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado;

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e reavaliação; valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;

Taxas de amortização;

Amortização do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

74

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

8.2.12 – Imobilizações em poder de terceiros cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

A Autarquia celebrou, em 2001, um contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento, No âmbito deste contrato foi cedido o seguinte immobilizado à empresa Águas de Gondomar, SA:

Designação	Localização	Tipo
Central Elevatória	Baguim do Monte - Lar dos Pequeninos	Enterrada
Reservatório	Covelo - Serra	Apoiado
Reservatório	Fânzeres -Portelinha	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Compostela	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Zebreiros	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Jancido	Apoiado
Reservatório	Jovim - Oliveiras	Apoiado
Central Elevatória	Jovim - Tronco	
Captação	Lomba	
Reservatório	Lomba	Apoiado
Reservatório	Medas	Apoiado
Captação	Melres	
Central Elevatória	Melres - Sobreira	
Central Elevatória	Melres- Moreira	
Central Elevatória	Melres – Vilarinho	
Central Elevatória	Melres - EN 108	
Reservatório	Melres - Brâncelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Oliveiras	Elevado
Reservatório	Rio Tinto – Medancelhe	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Coop. Mãos à Obra Soutelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - PER de Carreiros	Enterrado
Reservatório	S. Cosme – Coop. dos Func. Judiciais	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Valchão	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Gandra	
Reservatório I	S. Cosme - Ramalde	Elevado
Reservatório II	S. Cosme - Ramalde	Apoiado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Elevado

Reservatório	S. Cosme - Calvário	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bela Vista	Elevado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bocas	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Outeiro	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bairro Mineiro	Enterrado
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Belói	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Ervedosa	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Estrada nova	
Reservatório	Valbom - PER do Monte	Enterrado
Contadores de Água	15mm	45 794 un.
Contadores de Água	20mm	25 094 un.
Contadores de Água	25mm	147 un.
Contadores de Água	30mm	223 un.
Contadores de Água	40mm	512 un.
Contadores de Água	50mm	223 un.
Contadores de Água	60mm	2 un.
Contadores de Água	65mm	9 un.
Contadores de Água	70mm	22 un.
Contadores de Água	80mm	14 un.
Contadores de Água	100mm	3 un.
Contadores de Água	150mm	2 un.
Contadores de Água	200mm	3 un.

Quadro 54: Imobilizado em poder de terceiros

Imobilizações implantadas em propriedade alheia – não existem.

Imobilizações reversíveis:

Terrenos cedidos em direito de superfície para construção de parque de estacionamento no Largo Luís de Camões, na União das Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim e construção do Hospital Escola Fernando Pessoa.

Conta 448 – Adiantamentos por conta do imobilizado: O Município tem um contrato de renda resolúvel por 6 anos para aquisição das lojas sitas no Parque de estacionamento do largo de Camões, pelo valor global de 1 249 992 euros refletidos no Balanço.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

Não aplicável.

8.2.14 – Relação dos bens que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade:

Não aplicável.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não aplicável.

8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção do exercício.

77

Designação da Empresa	Sede	Participação do Município			Capitais Próprios
		Natureza	Parcela detida	%	
Águas do Norte, SA	Avenida Osnabruck, nº 29 5000-427 Vila Real	842 185 ações	842 185	0,55%	281 713 519
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA	Rua Linha de Torres, 41 4350-214 Porto	3 600 ações	17 964	0,23%	172 939 000 ⁵
PRIMUS MGV- Promoção e Desenvolvimento Regional, SA	Rua Engº frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	100 ações	499	0,06%	153 355
Metro do Porto, SA	Av, dos Aliados, 236-1º, 4000-065 Porto	1 ação	5	0,00%	-1 780 836 662 ⁶

Quadro 55: Mapa das participações financeiras

⁵ Os dados são relativos ao exercício de 2014

⁶ Os dados são relativos ao exercício de 2014

No decorrer do exercício de 2015 destacam-se os seguintes movimentos:

- Desreconhecimento da participação financeira no valor de 50 000 euros na entidade Gondomar Coração de Ouro, EM, uma vez que por deliberação da Câmara Municipal de Gondomar de 4 de Março de 2015, a mesma foi liquidada e internalizada no património do Município.
- Transferência da participação existente na entidade Águas Douro e Paiva, SA para a sociedade Águas do Norte, SA.

A sociedade Águas do Norte, SA, foi constituída pelo Decreto-Lei nº 93/2015 de 29 de Maio, tendo integrado o património global da empresa Águas Douro e Paiva, SA;

Na transferência para a nova entidade, o Município de Gondomar manteve o mesmo valor nominal de participação 842 185 euros, diminuindo apenas a percentagem de participação no capital da nova empresa, sendo actualmente de 0,55%.

Na sua globalidade os valores das participações apresentam-se adequados.

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável.

78

8.2.18 – Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores do balanço.

Não aplicável.

8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Valores em euros		
Class. Económica	Designação	Total
02020602	Impostos indiretos - Loteamentos e obras	5 492,10
02020603	Impostos indiretos - Ocupação da via pública	11 315,20
02020605	Impostos indiretos - Publicidade	99 059,49
0202069999	Impostos indiretos - Outros	77,05
04012302	Taxas - Loteamentos e obras	186 271,80
0401239999	Taxas - Outras	381,95
070107	Serviços - Produtos alimentares e bebidas	0,00
07020906	Serviços - Mercados e feiras	3 517,76
07020999	Serviços - Outros	2 644,50
070399	Rendas - Outras	590,45
TOTAL conta 218		309 350,30

Quadro 56: Composição das dívidas de cobrança duvidosa

79

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquida da e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não aplicável.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não aplicável.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Garantias prestadas a Terceiros:

80	Caixa Geral de Depósitos	244 762,96
	Banco Santander Totta	21 545,89

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

					Valores em euros	
		Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas		306 070,93	0,00	3 188,05	302 882,88
292	Provisões para Riscos e Encargos	10 973 244,67	1 502 694,13	0,00	12 475 938,80	
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	
49	Provisões para Investimentos Financeiros	371,15	0,00	0,00	371,15	

Quadro 57: Composição das provisões

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

					Valores em euros
	Fundos próprios	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
51	Património	172 788 724,93	497 016,30		173 285 741,23
55	Ajustamento de partes de capital em empresas				
56	Reservas de reavaliação				
	Reservas				
571	Reservas legais	1 344 269,21	0,00		1 344 269,21
572	Reservas estatutárias				
573	Reservas contratuais				
574	Reservas livres				
575	Subsídios				
576	Doações	3 096 583,27	122 285,86		3 218 869,13
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos				
59	Resultados transitados	19 401 345,41	3 905 615,68	10 552 268,53	12 754 692,56

Quadro 58: Composição da classe 5

81

Património

O crescimento desta rubrica, no montante de 497 016,30 euros, resulta da inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL.

Doações

O incremento de 122 285,86 euros resulta do registo das doações a favor do Património Municipal de bens móveis e bens imóveis, sendo estes últimos relativos a cedências de terrenos efetuadas por Alvarás de Loteamento.

Resultados transitados

Os movimentos ocorridos em 2015 na rubrica de resultados transitados são os seguintes:

- Aumento no valor de 3 905 615,68 euros, pelo reconhecimento da dívida da empresa Águas de Gondomar, SA, ao Município no âmbito do Contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos

Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento, celebrado a 30 de Outubro de 2001;

- Redução no valor de 10 406 517,23 euros, pela aplicação do Resultado Líquido de 2014;
- Redução de 145 751,30 euros pela regularização de subsídios ao investimento efetuadas no exercício de 2015.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

8.2.30 - Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

82

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Ano: 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	306.998,22 €	397.826,24 €	781	Juros obtidos	55.395,29 €	104.150,03 €
682	Perdas em entidades participadas	28.804,93 €	- €	782	Ganhos em entidades participadas	55.844,77 €	80.908,43 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	- €	- €	783	Rendimentos de imóveis	- €	- €
684	Provisões para aplicações financeiras	- €	- €	784	Rendimentos de participações de capital	- €	- €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	- €	- €
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	- €	- €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	- €	93,01 €
688	Outros custos e perdas financeiros	13.554,47 €	15.366,91 €	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	- €	- €
	Resultados Financeiros	237.630,75 €	223.482,55 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	486,81 €	4.559,13 €
		111.726,87 €	189.710,60 €			111.726,87 €	189.710,60 €

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e ganhos	Ano: 2015	
		2015	2014			2015	2014
692	Dividas incobráveis	1.160.790,56 €	1.139.464,27 €	792	Recuperação de dívidas	- €	- €
693	Perdas em existências	- €	3.214,40 €	793	Ganhos em existências	- €	- €
694	Perdas em imobilizações	1.711.072,78 €	1.521,61 €	794	Ganhos em imobilizações	373.423,11 €	10.607,00 €
695	Multas e Penalidades	- €	- €	795	Benefícios de penalidades contratuais	320.453,86 €	343.289,24 €
696	Aumentos de amortizações e de provisões	- €	- €	796	Reduções de amortizações e de provisões	3.188,05 €	73.683,30 €
697	Correções relativas a exercícios anteriores	467,66 €	33.987,56 €	797	Correções relativas a exercícios anteriores	48.252,99 €	13.048,95 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	- €	- €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.001.928,23 €	1.641.402,72 €
	Resultados extraordinários	- 125.084,76 €	903.843,37 €				
		2.747.246,24 €	2.082.031,21 €			2.747.246,24 €	2.082.031,21 €



8.2.7 – Mapa do ativo bruto e das Amortizações e provisões

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ATIVO BRUTO (IMOBILIZADO BRUTO)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf	Ano: 2015 Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	5.362.830,26 €	68.043,80 €	- €	- €	46.966,53 €	5.477.840,59 €
452 Edifícios	944.503,36 €	- €	- €	- €	- €	944.503,36 €
453 Outras construções e infraestruturas	192.431.555,17 €	428.972,50 €	- €	- €	4.453.340,69 €	197.313.868,36 €
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23 €	- €	- €	- €	- €	137.506,23 €
459 Outros bens de domínio público	8.568.073,78 €	- €	- €	- €	888.124,33 €	7.679.949,45 €
445 Imobilizações em curso	4.117.931,56 €	- €	3.291.391,82 €	- €	5.573.239,87 €	1.836.083,51 €
	211.562.400,36 €	497.016,30 €	3.291.391,82 €	- €	1.961.056,98 €	213.389.751,50 €
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
431 Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
433 Propriedade industrial e outros direitos	868.639,91 €	- €	400,00 €	- €	400,00 €	869.039,91 €
443 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	868.639,91 €	- €	400,00 €	- €	400,00 €	869.039,91 €
421 Terrenos e recursos naturais	39.145.771,00 €	33.144,19 €	1.176.329,90 €	137.829,40 €	2.048.940,72 €	42.266.356,41 €
422 Edifícios e outras construções	255.951.256,72 €	- €	5.141,00 €	1.801.630,65 €	8.081.198,83 €	262.235.965,90 €
423 Equipamento básico	4.259.991,49 €	-	17.883,40 €	176.143,46 €	- €	104.104,30 €
424 Equipamento de transporte	2.719.011,08 €	- €	4.298,24 €	- €	16.031,75 €	2.739.341,07 €
425 Ferramentas e utensílios	426.356,69 €	- €	26.593,38 €	- €	888,20 €	452.061,87 €
426 Equipamento administrativo	4.067.350,49 €	-	5.920,08 €	400.408,27 €	- €	99.632,59 €
427 Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €	- €
429 Outras imobilizações corpóreas	4.968.847,19 €	97,92 €	62.076,93 €	- €	27.561,71 €	5.058.583,75 €
442 Imobilizações em curso	7.259.069,01 €	- €	2.420.182,00 €	- €	8.123.020,84 €	1.556.230,17 €
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00 €	- €	- €	- €	- €	1.249.992,00 €
	320.047.645,67 €	9.438,63 €	4.271.173,18 €	1.939.460,05 €	1.846.087,08 €	324.233.748,82 €
411 Partes de capital	910.653,01 €	- €	- €	- €	50.000,00 €	860.653,01 €
412 Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87 €	- €	- €	- €	- €	2.847.639,87 €
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	- €	- €	- €	- €	- €	- €
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	3.758.292,88 €	- €	- €	- €	50.000,00 €	3.708.292,88 €



MUNICIPIO DE GONDOMAR

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano: 2015

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final	
De Bens de domínio público Terrenos e recursos naturais Edifícios Outras construções e infraestruturas Bens do património histórico, artístico e cultural Outros bens de domínio público	485 4851 4852 4853 4855 4859	- € 103.955,80 € 118.990.011,87 € - € 922.813,25 €	- € 12.103,69 € 11.963.699,70 € - € 2.658,14 €	- € 116.059,49 € 130.953.711,57 € - € 303.787,73 € 1.229.259,12 €	
		120.016.780,92 €	11.978.461,53 €	132.299.030,18 €	
De Imobilizações incorpóreas Despesas de instalação Despesas de investigação e desenvolvimento Propriedade industrial e outros direitos	483 4831 4832 4833	- € - € - € 868.639,91 €	- € - € - € - €	- € - € - € 868.639,91 €	
		868.639,91 €	- €	- €	
De Imobilizações Corpóreas Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Edifícios Outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo Taras e vasilhame Outras imobilizações corpóreas	482 4821 4822 48221 48222 4823 4824 4825 4826 4827 4829	- € - € - € 32.663.063,23 € 9.139,22 € 2.704.485,24 € 2.188.198,35 € 309.735,39 € 3.305.269,56 € - € 3.544.241,65 €	- € - € - € 4.037.314,90 € 2.272,05 € 339.198,38 € 96.164,26 € 33.157,31 € 334.284,05 € - € 261.293,23 €	- € - € - € 537.578,00 € - € 80.294,53 € 37.759,91 € 813,58 € 108.014,79 € - € 12.701,10 €	- € - € - € 36.162.800,13 € 11.411,27 € 2.963.389,09 € 2.246.602,70 € 342.079,12 € 3.531.538,82 € - € 3.792.833,78 €
		44.724.132,64 €	5.103.684,18 €	777.161,91 €	
De Investimentos em imóveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções: Edifícios Outras construções	481 4811 4812 48121 48122	- € - € - € - € - €	- € - € - € - € - €	- € - € - € - € - €	
		- €	- €	- €	
De Investimentos Financeiros Partes de capital Obrigações e títulos de participação Outras aplicações financeiras: Depósitos em instituições financeiras Títulos de dívida pública Outros títulos	49 491 492 495 4951 4952 4953	371,15 € - € - € - € - € - € - €	- € - € - € - € - € - € - €	371,15 € - € - € - € - € - € - €	
		371,15 €	- €	371,15 €	



8.2.14 - Relação dos Bens por inventariar

Não são conhecidos bens por inventariar.

8.3.61 – Mapa dos empréstimos

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO

Nº	Data aprov. Assembleia Municipal	Data contrato	Visto Tribunal Contas		FINALIDADES	Limite endividamen- to	Entidade Credora	Capital		Taxa de juro		Periodicidade	Divida em 1 de Janeiro 2015	Divida a 1 de Janeiro 2016
			Nº registo	Data				Contratado	Utilizado	inicial	actual			
27-12-06														
18	08-09-95	18-12-96	89023	04-12-96	Aquisição de 88 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	CGD	1.425.987,37	1.425.987,37	2,625%	0,1642%	Semestral	448.605,56	384.804,23
19	25-07-93	20-03-97	6298	10-02-97	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	CGD	7.651.559,74	7.140.002,56	2,188%	0,2915%	Semestral	3.081.494,91	2.777.084,47
20	25-07-97	01-08-97	37366	28-12-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	BCP	12.110.663,49	12.110.663,49	1,453%	0,1707%	Semestral	5.028.250,45	4.440.209,78
21	25-07-97	01-08-97	35560	29-01-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	BPI	12.110.663,49	12.110.663,49	1,500%	0,1707%	Semestral	5.028.241,11	4.440.201,53
22	11-02-00	08-08-00	1486	12-07-00	Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	CGD	491.804,75	491.804,74	1,193%	0,0013%	Trimestral	149.264,12	123.311,05
24	13-07-01	03-09-01	a)		Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries - (I)	(a)	CGD	1.246.994,74	962.128,43	1,417%	0,2572%	Semestral	421.598,40	361.908,00
25	16-06-05	23-06-05	1886	31-08-05	Financiamento à construção do Pavilhão Multiusos de Gondomar - (FEDER) - (I)	(d)	BST	9.000.000,00	9.000.000,00	2,275%	0,3702%	Trimestral	5.092.105,35	4.618.421,15
38	18-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(d)	CGD	1.574.797,00	1.574.797,00	2,040%	1.8300%	Trimestral	1.374.728,87	1.315.380,46
103	16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(d)	BCP	2.580.407,00	2.580.407,00	2,000%	1.7810%	Trimestral	2.344.741,43	2.271.644,18
					Sub - Total (emprestimos excepcionados)			49.192.877,58	47.396.454,08				22.969.030,20	20.732.964,85
27	28-02-07	03-03-08	1409	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social (complementar)	—	BST	4.400.000,00	4.400.000,00	5,000%	0,0800%	Trimestral	3.351.402,39	3.169.535,48
28	28-02-07	03-03-08	1415	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de habitação Social - Mó, S. Pedro da Cova	—	CGD	4.007.516,00	4.007.516,00	2,370%	0,0512%	Trimestral	3.015.338,43	2.852.932,38
29	28-02-07	03-03-08	1413	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Baguim do Monte	—	CGD	2.601.644,00	2.601.644,00	2,370%	0,0512%	Trimestral	1.957.531,07	1.852.098,49
30	18-02-09	09-03-09	1414	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zorra, S. Cosme	—	CGD	2.214.789,20	2.214.789,20	2,370%	0,0512%	Trimestral	1.666.453,48	1.576.698,33
31	18-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	—	CGD	860.000,00	860.000,00	2,840%	1.8300%	Trimestral	750.638,90	717.900,97
32	18-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	—	CGD	3.135.203,00	3.135.203,00	2,840%	1.8300%	Trimestral	2.736.328,42	2.616.379,54
33	09-07-09	10-08-09	1657	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em St. Eulália	—	BANIF	1.520.136,00	1.520.136,00	3,220%	2,0020%	Trimestral	1.290.745,76	1.237.823,48
34	09-07-09	10-08-09	1654	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana	—	BANIF	1.183.436,80	1.183.436,80	3,220%	2,0020%	Trimestral	1.004.854,81	963.654,44
35	09-07-09	24-09-09	1655	08-10-09	Financiamento para aquisição de 109 fogos em St. Eulália	—	IHRU	3.201.978,80	3.201.977,20	1,060%	0,6334%	Semestral	2.592.160,98	2.463.092,85
36	09-07-09	24-09-09	1656	08-10-09	Financiamento para aquisição de 88 fogos na Triana	—	IHRU	2.492.729,60	2.492.729,60	1,060%	0,6334%	Semestral	2.017.989,50	1.917.510,35
59	06-08-09	16-11-09	188	01-06-10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Giesta	—	IHRU	460.253,00	460.253,00	1,060%	0,6206%	Semestral	399.329,19	381.060,18
102	16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	—	BCP	3.149.593,00	3.149.593,00	2,960%	1.7810%	Trimestral	2.865.189,62	2.735.331,68
53	27-12-12	02-07-13	1118	28-08-13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	IHRU		909.639,70	909.639,70	1,130%	1,0485%	Semestral	878.076,15	845.848,59
					Sub - Total (emprestimos não excepcionados)			30.136.979,10	30.136.977,50				24.526.038,70	23.329.866,76
					TOTAL			78.329.856,68	77.533.431,58				47.495.068,90	44.062.831,61

- (a) Empréstimo contraído ao abrigo do DL 38-C/2001 de 8/2 e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61
 (b) - Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio - artº 21 aditado pela Lei nº 34/96 de 29/8 e Lei 2/2007 - al. b) nº 2 artº 61
 (c) - Lei nº 42/98 de 6/8 - al. c) do nº 6 do artº 24º e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61
 (d) - Lei nº 55-B/2004 (OE) do nº 6 do artº 20º - projectos participados FEDER e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61

14. Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA

1/4
Anjos

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “Município de Gondomar”, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 371.615.849,57 euros e um total de fundos próprios de 183.321.168,27 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.282.403,86 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 63.484.060,17 euros de despesa paga e um total de 64.501.196,71 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;

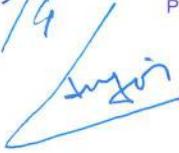
24/08/2016

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, designadamente dos bens de domínio público provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, associada a sua dispersão, insuficiente informação interna sobre a sua titularidade, critérios e bases de mensuração, bem como a especificidade do setor da Administração Local, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação desta rubrica do balanço, bem como das respetivas amortizações, subsídios para investimento e, consequentemente, dos seus efeitos no resultado líquido do exercício. Neste contexto, apenas nos foi possível obter evidência das operações ocorridas após a implementação do POCAL.
8. O balanço releva dívidas a Instituições de Crédito no montante de € 44.062.831,60. Todavia, com base nas circularizações externas efetuadas às Instituições de Crédito constatamos que as mesmas indicaram um valor em dívida de € 58.113.593,06.

A divergência de € 14.050.761,46 está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação, durante 20 anos, que o Município não reconhece como sendo um passivo financeiro de sua responsabilidade. Uma vez que não nos foi possível obter informação adicional sobre as condições do contrato, não podemos emitir uma opinião fundamentada sobre esta divergência.

3/4


9. No balanço a rubrica "Provisões para riscos e encargos" evidencia o valor de € 12.475.938,80. Dado que, com base nas respostas enviadas pelos advogados no âmbito das circularizações não nos é possível quantificar a plenitude do valor associado aos riscos dos processos judiciais em curso, não podemos formar opinião sobre a adequação deste montante.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do "**Município de Gondomar**" em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 12.1. Conforme é divulgado na nota 8.2.2 do anexo às demonstrações financeiras, em 2015 foi efetuada a reclassificação de terrenos expropriados no valor de € 1.083.446,00, registados em anos anteriores na rubrica "459 - Outros bens do domínio público" para a rubrica "421 – Terrenos e recursos naturais".
- 12.2. É divulgado na nota 8.2.12 do anexo às demonstrações financeiras, relação das imobilizações em poder de terceiros cedidas no âmbito de contratos de concessão da exploração dos serviços municipais de abastecimento de água e saneamento.

- 12.3. Conforme é divulgado na nota 8.2.16 do anexo às demonstrações financeiras, a empresa municipal “Gondomar, Coração de Ouro, EM, SA” foi liquidada e internalizada no Município por deliberação do Órgão Executivo do Município de 4 de março de 2015.
- 12.4. Conforme é divulgado na nota 8.2.28 do anexo às demonstrações financeiras a conta 51 (Património) verificou um aumento de € 497.016,30, resultante de bens imóveis já pertencentes ao Município à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam incluídos no inventário municipal.
- 12.5. Conforme é divulgado nas notas 8.2.2 e 8.2.28 do anexo às demonstrações financeiras a conta 59 (Resultados transitados) registou um aumento no valor de € 3.905.615,68 por contrapartida da conta 26 (Outros devedores), pelo reconhecimento da dívida da empresa “Águas de Gondomar, S.A.” ao Município, no âmbito do Contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento, celebrado a 30 de Outubro de 2001.
- 12.6. O grau de execução orçamental geral das despesas foi de 91,47%, sendo 93,30% nas despesas correntes e 84,98% nas despesas de capital. Por sua vez, o grau de execução geral das receitas foi de 92,93%, sendo 96,23% nas receitas correntes e 69,07% nas receitas de capital e outras receitas.
- 12.7. Pela análise dos elementos das apólices de seguros que referenciamos no processo de auditoria concluímos que as mesmas não permitem uma adequada cobertura dos riscos associados aos edifícios e outras construções, relevados no balanço em Imobilizações Corpóreas.

Porto, 27 de abril de 2016



Anjos & Associados – SROC, LDA.

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)